

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 226/2025

OBJETO: Concessão de uso onerosa, de 03 (três) quiosques públicos, com área individual de 15,25 m², localizados na Praça Álvaro Jardim, no município de Ipiáú/BA, destinados exclusivamente à exploração comercial para a venda de comidas e bebidas, com o objetivo de atender às necessidades da Administração Pública Municipal, conforme especificações do Termo de Referência e seus anexos.

DATA: 15/04/2026

HORÁRIO: 09h00min (horário vigente na Bahia).

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br> (compras.gov)

NÚMERO DO EDITAL NO COMPRASGOV: Nº 90005/2026

UASG: 983579 – Prefeitura Municipal de Ipiáú-BA

Ipiáú – BA, 19 de março de 2026.

NASSER SILVA BARROS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos
Decreto nº 7.974/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 226/2025

I - REGÊNCIA LEGAL Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 6.857, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável.			
II – ÓRGÃO (S) INTERESSADO (S) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Município de Ipiáu/BA			
III - MODALIDADE Concorrência n.º 002/2026		IV - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 226/2025	
V - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: [X] Maior Oferta (Maior Desconto)			
VI - MODO DE DISPUTA: [x] Aberto [] Fechado			
VII - PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS [X] Sim [] Não			
VIII - OBJETO Concessão de uso onerosa, de 03 (três) quiosques públicos, com área individual de 15,25 m², localizados na Praça Álvaro Jardim, no município de Ipiáu/BA, destinados exclusivamente à exploração comercial para a venda de comidas e bebidas, com o objetivo de atender às necessidades da Administração Pública Municipal, conforme especificações do Termo de Referência e seus anexos.			
IX - LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO DATA: 15/04/2026 HORÁRIO: 09h00min (HORÁRIO VIGENTE NA BAHIA). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir da publicação no COMPRASGOV LOCAL: Sistema de contratações do governo federal (https://www.gov.br/compras/pt-br) NÚMERO DO EDITAL NO COMPRASGOV: N.º 90005/2026			
X - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Classificação por esfera	Classificação Institucional	Estrutura Programática	Classificação Funcional
-	-	-	-
Informação do programa	Informação da Ação	Elemento de despesa	Fonte
-	-	-	-
XI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA O Termo decorrente do presente processo vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei.			
XII - VALOR DE REFERENCIA MÍNIMO GLOBAL ACEITÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO. R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais)			
XIII - LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pela Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, diariamente, das 08h00min às 12h00min, na Sala de Licitações, sito a Rua Ângelo Jaqueira, nº 01, 2º Andar, Centro, Ipiáu, Bahia, pelo Telefone (73) 3313-2036 ou pelo e-mail licitaippiau@gmail.com .			
XIV - PUBLICAÇÃO DO EDITAL a) Integralmente, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ipiáu (doem.org.br/ba/ipiau); b) Integralmente, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); c) Em extrato de convocação no Diário Oficial da União (§ 1º, do art. 54/Lei Federal nº 14.133/21); d) Em extrato de convocação em Jornal de Circulação no Estado da Bahia (§ 1º, do art. 54/Lei Federal nº 14.133/21); e e) Sistema de contratações do governo federal (Compras.gov.br).			
XV – AGENTE DE CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL <div style="text-align: center;">Adeilma Silva Reis Agente de Contratação Portaria nº 004/2025</div>			

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N.º 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 226/2025

O **MUNICÍPIO DE IPIAÚ**, através de Agente de contratação, designada pela Portaria nº 004/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 6.857, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, autorizado no Processo Administrativo nº 226/2025 e aprovado pelo Parecer Jurídico da PGM.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Concessão de uso onerosa, de 03 (três) quiosques públicos, com área individual de 15,25 m², localizados na Praça Álvaro Jardim, no município de Ipiáú/BA**, destinados exclusivamente à exploração comercial para a venda de comidas e bebidas, com o objetivo de atender às necessidades da Administração Pública Municipal, conforme especificações do Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A licitação será por item, conforme Planilha constante no Termo de Referência, podendo o licitante oferecer propostas para mais de um quiosque, no entanto, será permitida a concessão de apenas um quiosque por licitante, visando garantir a democratização do uso dos espaços públicos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Poderão participar desta licitação os interessados regularmente constituídos, cujo objeto social seja compatível com o objeto desta concessão de uso onerosa, conforme previsto neste Termo de Referência e no edital, observadas as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 6.857/2023.

2.6. A participação será exclusiva para Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A fruição dos benefícios legais será limitada às MEIs, MEs e EPPs que, no ano-calendário da licitação, ainda não tenham celebrado termos de concessão com a Administração Pública Municipal cujos valores somados extrapolem o limite de receita bruta previsto para o enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme previsto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá apresentar declaração nesse sentido.

2.7. É vedada a participação nesta licitação:

2.7.1. De licitantes que não atendam a todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos;

2.7.2. Do autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, ou empresas a eles vinculadas, conforme previsto no art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

2.7.3. De empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, por força de sanção administrativa;

2.7.4. De pessoas jurídicas que tenham vínculo direto com agentes públicos responsáveis pela licitação, gestão ou fiscalização do termo de concessão, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;

2.7.5. De empresas coligadas, controladoras ou controladas entre si;

2.7.6. De consórcios de empresas, salvo previsão expressa em sentido contrário;

2.7.7. De empresas condenadas por trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil ou violações à legislação trabalhista, nos cinco anos anteriores à publicação do edital;

2.7.8. De agentes públicos do Município de Ipiáú/BA, direta ou indiretamente;

2.7.9. De OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) atuando nessa condição.

2.8. O impedimento de participação também se aplicará à empresa que atue em substituição fraudulenta a outra sancionada, incluindo controladoras, controladas ou coligadas.

2.9. A Administração poderá, a seu critério exclusivo e sob supervisão de agentes públicos, admitir a colaboração do autor dos projetos na fase de planejamento ou gestão da contratação, desde que não envolva conflito de interesse.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

3.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta do valor ofertado pela concessão de uso do quiosque, expressa em moeda corrente nacional (R\$), incluindo todos os tributos, encargos e custos diretos e indiretos, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

3.2.1. A proposta deverá indicar expressamente a categoria de atividade comercial à qual o licitante deseja concorrer, estando a concessão vinculada à classificação obtida dentro da respectiva categoria, respeitada a destinação previamente estabelecida para cada quiosque, conforme os Anexos IV e V deste Edital.

3.3. Os quiosques serão distribuídos nas seguintes categorias:

I – Lanches rápidos e snacks;

II – Sobremesas e produtos gelados;

III – Comidas típicas regionais;

IV – Comidas quentes e pratos preparados.

3.4. É vedada a comercialização de produtos fora da categoria licitada, salvo autorização prévia da Administração, observando-se o interesse público, o ordenamento urbano e a harmonização do uso do espaço.

3.5. O critério de julgamento será o de maior oferta pela outorga, observando o valor mínimo fixado no item 20.1 do Termo de Referência-

3.6. Serão desclassificadas as propostas com valor inferior ao valor mínimo estabelecido, conforme art. 59, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, por comprometerem a viabilidade do objeto e o interesse público.

3.7. No cadastramento da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

I – Conhece e aceita os termos do edital e seus anexos, inclusive quanto às condições de ocupação do quiosque e obrigações do concessionário;

II – Cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos;

III – Não possui impedimentos legais para contratar com o Poder Público;

IV – Atende às exigências da Lei nº 14.133/2021, quanto à regularidade trabalhista e previdenciária;

V – Cumpre a legislação referente à proibição de trabalho infantil e exploração degradante.

3.8. O licitante que se enquadrar como microempresa, empresa de pequeno porte ou MEI, deverá declarar tal condição e apresentar documentação comprobatória, fazendo jus ao tratamento favorecido previsto na legislação vigente, desde que compatível com o objeto da licitação.

3.9. O sistema eletrônico permitirá a substituição ou retirada de propostas e documentos até a abertura da sessão pública.

3.10. As propostas serão classificadas com base no maior valor ofertado. Havendo empate entre os licitantes, serão aplicados os critérios de desempate previstos na legislação.

3.11. Desde que habilitada essa funcionalidade, o sistema poderá permitir parametrização automática de lances de maior valor, sendo vedado:

3.11.1 envio de lances com diferença inferior ao valor mínimo entre lances definido no sistema;

3.11.2 aumento artificial ou manipulação indevida do valor inicialmente proposto.

3.12. O acompanhamento da sessão é de inteira responsabilidade do licitante. Problemas de conexão, falhas operacionais ou desatenção ao sistema eletrônico não serão aceitos como justificativa para revisão de proposta ou reabertura da sessão.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A sessão pública de abertura será realizada na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, com a presença da agente de contratação designada para conduzir os trabalhos.

4.2. Após a abertura da sessão, a agente de contratação verificará a regularidade da documentação apresentada e procederá à análise das propostas de preço, classificando-as com base no critério de **maior valor total ofertado a título de outorga**, conforme previsto no item 3.5 deste Edital.

4.3. Será classificada em primeiro lugar a proposta que apresentar o **maior valor total de outorga**, desde que atenda integralmente às exigências constantes deste Edital e de seus anexos.

4.3.1. Em razão da plataforma de Pregão Eletrônico do Portal ComprasGov não suportar o critério de julgamento Maior Lance ou Oferta na **modalidade Concorrência**, isto é, não admitir o registro de valores crescentes, a sistemática do julgamento se dará com o cômputo dos lances em valores inversamente proporcionais, onde cada lance de “**Percentual**” será considerado como acréscimo, na seguinte conformidade:

4.3.1.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o percentual sobre 100 (cem), que será convertido no valor da oferta, sendo o percentual ofertado levado a efeito para a fase de lances

Oferta= (P x R\$ 8.400,00) x 100

Em que: P = percentual ofertado.

4.3.1.2. A fim de esclarecer o modelo adotado para esta Licitação, seguem exemplos de lances ofertados e seu significado prático:

a) Percentual ofertado de 1%:

Oferta = $(1/100 \times R\$ 8.400,00) \times 100$ Oferta = R\$ 8.400,00

O licitante ofertou o valor de R\$ 8.400,00

b) Percentual ofertado de 1,01%:

Oferta = $(1,01/100 \times R\$ 8.400,00) \times 100$ Oferta = R\$ 8.484,00

O licitante ofertou o valor de R\$ 8.484,00

4.3.2. O percentual ofertado será o critério adotado para classificação e julgamento das propostas no sistema ComprasGov, demonstrando o quanto o licitante dispõe a pagar, de modo que, conforme exemplos citados, o licitante que ofertar 1% demonstra a intenção de pagar R\$ 8.400,00 e o que oferta 1,01% demonstra a intenção de pagar R\$ 8.484,00, ou seja:

EXEMPLOS DE VALORES A SEREM UTILIZADOS NA ETAPA DE LANCES DA LICITAÇÃO								
Valor ofertado para a administração	R\$ 8.400,00	R\$ 8.484,00	R\$ 8.568,00	R\$ 8.652,00	R\$ 8.736,00	R\$ 8.820,00	R\$ 8.904,00	R\$ 8.988,00
Porcentual a ser digitada no sistema Comprasgov	1	1,01	1,02	1,03	1,04	1,05	1,06	1,07

E assim sucessivamente;

4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global de cada quiosque.

4.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01%**.

4.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

4.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.

4.11. Concluída a fase de classificação, a proposta melhor classificada será declarada vencedora, sendo facultada à Administração a negociação para obtenção de condições mais vantajosas, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 14.133/2021.

4.12. Após a definição da proposta vencedora, será verificado o atendimento às condições de habilitação e, se for o caso, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa aos licitantes remanescentes.

4.13 NÃO SERÃO ACEITOS PREÇOS ABAIXO DOS ORÇADOS NA PLANILHA DE PREÇOS DA ADMINISTRAÇÃO, CONSTANTES NESTE PROCESSO.

5. DA CONCESSÃO E DO PAGAMENTO DA OUTORGA

5.1. O presente processo tem por objeto a **concessão onerosa de uso de quiosques públicos**, localizados em área de propriedade do Município de Ipiáú, conforme condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, notadamente o Termo de Referência.

5.2. O critério de julgamento adotado será o de **maior oferta de valor total pela outorga**.

5.3. O valor total ofertado pelo licitante vencedor corresponderá ao valor da **contrapartida financeira pela utilização do bem público**, pelo período integral da concessão.

5.4. O pagamento da outorga será realizado em **duas parcelas**, da seguinte forma:

5.4.1 Primeira parcela: correspondente à metade do valor total ofertado, deverá ser paga **antes da assinatura do Termo de CONCESSÃO de Uso Oneroso**;

5.4.2 Segunda parcela: correspondente à outra metade do valor total ofertado, deverá ser paga **até 30 (trinta) dias antes do início do último ano de vigência do contrato**.

5.5. O não pagamento da outorga nas condições estipuladas implicará, conforme o caso, a **impossibilidade de assinatura do termo** ou a **rescisão da concessão**, com aplicação das penalidades previstas neste edital e na legislação aplicável.

5.6 O licitante vencedor poderá, alternativamente, optar pelo pagamento em parcela única, que deverá ser efetuado antes da assinatura do Termo de Concessão de Uso Oneroso.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de atuação similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do valor ofertado com o mínimo estabelecido para a concessão de uso dos quiosques, conforme estipulado neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às exigências contidas no Edital e seus anexos;

6.7.3. apresentar valor considerado inexecutável ou inferior ao mínimo estipulado;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Para fins desta licitação, será considerado inexecutável o valor de outorga ofertado que seja menor do que o orçado pela Administração.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das condições estabelecidas para a concessão de uso, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor competente responsável pela gestão dos quiosques.

6.10. Após a verificação da proposta vencedora, o procedimento seguirá para a fase de habilitação do licitante, conforme legislação aplicável.

6.13. Caso o licitante vencedor seja inabilitado ou sua proposta desclassificada, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente, observando-se o mesmo procedimento, sucessivamente, até a adjudicação do objeto.

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

7.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.doem.org.br/ba/ipiau.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o permissionário que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida no edital ou quaisquer documentos solicitados durante o processo de credenciamento;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver as condições da proposta, especialmente quando:

8.1.2.1. Não encaminhar a proposta definitiva conforme estabelecido no edital;

8.1.2.2. Recusar-se a prestar esclarecimentos ou apresentar complementações solicitadas;

8.1.2.3. Solicitar desclassificação imotivada após encerrado o processo de habilitação;

8.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as condições do edital;

8.1.3. Não celebrar o Termo de CONCESSÃO de Uso, quando convocado, dentro do prazo de validade da proposta;

8.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Termo de CONCESSÃO de Uso no prazo estabelecido;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa no processo de credenciamento ou prestar declaração falsa perante a Administração;

8.1.5. Fraudar qualquer etapa do processo;

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.7. Praticar atos ilícitos que visem frustrar os objetivos do credenciamento;

8.1.8. Praticar ato lesivo à Administração Pública, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

8.2. A Administração poderá aplicar as seguintes sanções administrativas, garantido o contraditório e a ampla defesa:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até reabilitação.

8.3. Na aplicação das sanções serão consideradas:

8.3.1. A natureza e gravidade da infração;

8.3.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.3. Os danos causados à Administração Pública;

8.3.4. O histórico do permissionário em contratações anteriores.

8.4. A multa será aplicada no percentual de 5% a 30% sobre o valor estimado da CONCESSÃO de uso, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 5% a 15% do valor estimado da CONCESSÃO.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4 a 8.1.8, a multa será de 5% a 30%.

8.5. As sanções previstas nos itens 8.2.1 a 8.2.4 poderão ser aplicadas de forma cumulativa ou isolada, conforme o caso.

8.6. A aplicação de multa será precedida da garantia de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada em razão das infrações constantes dos itens 8.1.1 a 8.1.3, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada em razão das infrações constantes dos itens 8.1.4 a 8.1.8 ou quando as infrações dos itens 8.1.1 a 8.1.3 justifiquem penalidade mais grave.

8.9. A recusa injustificada do permissionário em assinar o Termo de CONCESSÃO de Uso no prazo estabelecido será considerada descumprimento total da obrigação assumida, ensejando as sanções cabíveis.

8.10. A apuração de responsabilidade será conduzida por comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis, assegurada a ampla defesa.

8.11. Caberá recurso contra as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação.

8.12. Caberá pedido de reconsideração contra a declaração de inidoneidade, no mesmo prazo.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: por e-mail licitaipiau@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: **Rua Ângelo Jaqueira, nº 01, 2º Andar, Centro, Ipiatú/BA, CEP 45.570-000.**
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 10.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.
- 10.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 10.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 10.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 10.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 10.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 10.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 10.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.doem.org.br/ba/ipiau.
- 10.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a) **ANEXO I – Termo de Referência**
 - b) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo I – Modelo de Declaração Unificada**
 - c) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo II – Modelo De Declaração De Ausência De Outro Estabelecimento Comercial Em Ipiatú/Ba**
 - d) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo III - Modelo De Declaração De Categoria**
 - e) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo IV - Formulário De Proposta Comercial**
 - f) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo V - Modelo De Proposta De Preço**
 - g) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo VI - Modelo De Declaração De Ciência E Responsabilidade Pela Não Realização De Vistoria Presencial**
 - h) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo VII - Termo De Compromisso E Responsabilidade**
 - i) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo VIII – Identificação dos Quiosques**
 - j) **Apêndice do Termo de Referência - Anexo IX – Modelo de mesas, cadeiras e letreiro**
 - k) **ANEXO II – Minuta de Termo de Concessão**
 - l) **ANEXO III – Modelo de Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF;**
 - m) **ANEXO IV – Modelo de Declaração - Inexistência de fato impeditivo;**
 - n) **ANEXO V – Modelo de Declaração de ME e EPP;**
 - o) **ANEXO VI – Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta; e**
 - p) **ANEXO VII – Modelo de Declaração de não Vínculo com a Administração.**

Ipiatú/BA, 19 de março de 2026.

NASSER SILVA BARROS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos
Decreto nº 7.974/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI FEDERAL 14.133/2021

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Constitui objeto deste Termo de Referência a **concessão de uso onerosa, de 03 (três) quiosques públicos, com área individual de 15,25 m², localizados na Praça Álvaro Jardim, no município de Ipiáú/BA**, destinados exclusivamente à exploração comercial para a venda de comidas e bebidas, com o objetivo de atender às necessidades da Administração Pública Municipal, conforme especificações deste Termo de Referência e seus anexos

1.2. O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Praça Álvaro Jardim, situada na região central do Município de Ipiáú/BA, configura-se como um espaço público estratégico de convivência, circulação e lazer da população, sendo amplamente frequentada por moradores e visitantes. Entretanto, os 04 (quatro) quiosques públicos instalados no local encontram-se desativados há cerca de 12 (doze) meses, o que representa a subutilização de bens públicos patrimoniais e compromete o aproveitamento integral da infraestrutura urbana disponível.

2.2. Essa situação de inatividade tem causado impacto direto na experiência dos usuários da praça, ao limitar a oferta de serviços de alimentação e convivência no local, além de representar perda de oportunidade para o fomento à economia local. A ausência de regularização e exploração comercial desses equipamentos urbanos infringe o princípio da eficiência previsto no caput do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, na medida em que impede o atendimento adequado às demandas sociais por serviços públicos acessíveis e de qualidade.

2.3. Diante disso, a concessão de uso onerosa, a título precário, dos quiosques configura-se como solução viável e necessária para garantir o uso racional do patrimônio público, fomentando o empreendedorismo de microempreendedores individuais e pequenas empresas, em consonância com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º, Lei nº 14.133/2021) e com a diretriz municipal de promoção da economia urbana solidária.

2.4. A contratação visa assegurar a regularização do uso desses bens, promovendo maior eficiência na gestão do espaço público e estimulando a geração de emprego e renda no município. Trata-se de uma medida alinhada ao interesse público local, ao Plano Diretor Municipal e às políticas públicas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos voltadas à revitalização e valorização dos espaços urbanos.

2.5. Justificativa da Exclusividade de participação de empresas de pequeno porte:

2.5.1 A medida também atende ao previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 123/2006, ao adotar tratamento favorecido e diferenciado para microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs), priorizando a inclusão econômica e a formalização de atividades empreendedoras no município, especialmente em áreas de relevante circulação e uso coletivo.

2.5.2 Nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006, é dever da Administração Pública promover o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e aos microempreendedores individuais (MEI), de forma a incentivá-los e estimulá-los no mercado local. Ainda, o artigo 48, inciso I, da referida Lei, prevê a possibilidade de reserva de participação exclusiva em processos licitatórios para a contratação de bens ou serviços destinados à Administração Pública, sempre que o valor do objeto não ultrapassar os limites estabelecidos para o enquadramento como ME ou EPP.

2.5.3 Embora o presente processo trate de concessão de uso e não diretamente da contratação de bens e serviços, a lógica do favorecimento se aplica por analogia, dado que a política pública de fomento à economia local e ao empreendedorismo de pequeno porte deve orientar as ações da Administração Pública, em especial quando se trata da ocupação de bens públicos com fins comerciais de baixo impacto.

2.5.4 Além disso, a reserva de participação para ME, EPP e MEI encontra respaldo também nos princípios constitucionais da eficiência, da isonomia e da promoção do desenvolvimento econômico e social local. A abertura do certame exclusivamente para esse grupo de empreendedores assegura maior acesso à economia formal, incentiva a geração de emprego e renda, e promove a justiça social, especialmente em municípios de pequeno porte como Ipiáú.

2.6 Justificativa para o Modelo de pagamento anual para previsibilidade e planejamento financeiro para o Município:

2.6.1 A escolha por esse modelo de cobrança responde a critérios de viabilidade econômica, segurança contratual e eficiência administrativa, conforme os fundamentos a seguir:

2.6.1.2 O recebimento antecipado da primeira parcela assegura que o Município tenha garantida a receita mínima prevista com a exploração do espaço público, conferindo maior controle sobre os ingressos e permitindo o adequado planejamento orçamentário.

2.6.3 Comprometimento do concessionário com o uso qualificado do bem público:

2.6.3.1 Ao exigir o pagamento antecipado por 12 meses, a Administração minimiza os riscos de inadimplemento durante a vigência inicial da concessão e garante maior seriedade na ocupação do espaço por parte do licitante vencedor.

2.6.4 Redução de encargos administrativos e operacionais:

2.6.4.1 O parcelamento anual reduz significativamente o custo administrativo com lançamentos, cobranças, emissão de boletos e controle de inadimplência, se comparado a uma cobrança mensal ou trimestral.

2.6.5 Estímulo à regularidade e continuidade do contrato:

2.6.5.1 A cobrança da segunda parcela ao final do primeiro ano atua como mecanismo de renovação contratual implícita, permitindo à Administração avaliar o desempenho do concessionário antes do segundo período da concessão, e ao mesmo tempo, dar previsibilidade ao empreendedor.

2.6.6 Compatibilidade com o porte do negócio e o perfil dos concessionários (MEI, ME e EPP):

2.6.6.1 Considerando que o certame é reservado a pequenos empreendedores (conforme justificado com base na LC 123/2006), o pagamento em duas parcelas maiores, com intervalo de um ano entre elas, evita a sobrecarga de fluxo de caixa mensal e permite melhor organização financeira por parte dos concessionários.

2.7. Por fim, a contratação fundamenta-se no interesse da Administração Municipal em garantir o uso adequado dos bens públicos, promover maior atratividade e dinamização da Praça Álvaro Jardim, ampliar a oferta de serviços públicos complementares à população e assegurar a economicidade e efetividade da gestão urbana, conforme estabelecido nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 6.857/2023.

3. DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS, CONFORME SUAS ESPECIFICAÇÕES (Art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

3.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, deverão ter as seguintes características mínimas:

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	OFERTA MÍNIMA
1	CONCESSÃO DE USO DO QUIOSQUE A , LOCALIZADO NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, DESTINADO À COMERCIALIZAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES MUNICIPAIS E NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, POSSUINDO ÁREA INTERNA DE 15,25 M² E CONTANDO COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, BANCADAS EM ALVENARIA, ABERTURA FRONTAL E BANHEIRO COM ACESSO EXTERNO ADEQUADA AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO.	MÊS	24	R\$ 8.400,00

LOTE 2				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	OFERTA MÍNIMA
2	CONCESSÃO DE USO DO QUIOSQUE B , LOCALIZADO NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, DESTINADO À COMERCIALIZAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES MUNICIPAIS E NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, POSSUINDO ÁREA INTERNA DE 15,25 M² E CONTANDO COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, BANCADAS EM ALVENARIA, ABERTURA FRONTAL E BANHEIRO COM ACESSO EXTERNO ADEQUADA AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO.	MÊS	24	R\$ 8.400,00

LOTE 3				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	OFERTA MÍNIMA
3	CONCESSÃO DE USO DO QUIOSQUE C , LOCALIZADO NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, DESTINADO À COMERCIALIZAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES MUNICIPAIS E NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES, POSSUINDO ÁREA	MÊS	24	R\$ 8.400,00

	INTERNA DE 15,25 M ² E CONTANDO COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, BANCADAS EM ALVENARIA, ABERTURA FRONTAL E BANHEIRO COM ACESSO EXTERNO ADEQUADA AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO.			
--	--	--	--	--

3.2. Os referidos quiosques são estruturas físicas já construídas, padronizadas, destinadas à comercialização de gêneros alimentícios e bebidas, conforme diretrizes municipais e sanitárias.

3.3. A distribuição das unidades será feita de forma individualizada, ou seja, cada interessado somente poderá celebrar Termo de concessão de um único quiosque, respeitando a transparência, a competitividade e o interesse público.

3.3.1 Um mesmo licitante poderá apresentar propostas para mais de um quiosque, no entanto, será permitida a concessão de apenas um quiosque por licitante, visando garantir a democratização do uso dos espaços públicos.

3.4. Cada quiosque é uma unidade física independente, padronizada, construída em alvenaria, com acabamento e estrutura compatíveis com a atividade comercial pretendida, dotada de instalações elétricas, hidráulicas e cobertura.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

4.1. A solução adotada consiste na concessão de uso onerosa dos 04 (quatro) quiosques públicos, com 15,25m² localizados na Praça Álvaro Jardim, no município de Ipiáú, exclusivamente para a comercialização de alimentos e bebidas, por meio de processo licitatório público e competitivo, com seleção com critério de julgamento por maior oferta de preço pela outorga.

4.2 Essa concessão de uso será formalizada mediante termo de concessão com prazo determinado, com previsão de pagamento anual de outorga ao Município, além do cumprimento de obrigações operacionais, sanitárias, ambientais e urbanísticas por parte do concessionário.

4.3. A adoção da concessão onerosa de uso dos quiosques permite ao Município gerar receita própria, a qual poderá ser revertida diretamente em ações de manutenção da praça, aprimoramento dos serviços urbanos e na promoção de melhorias para a coletividade. Além disso, ao transferir ao particular a responsabilidade pela operação, manutenção e conservação dos quiosques, a Administração Pública otimiza seus recursos, reduz despesas operacionais e concentra seus esforços nas atividades essenciais e típicas do poder público.

4.4. O ciclo de vida do objeto inicia-se com a seleção dos interessados por meio de processo licitatório, onde cada quiosque será licitado individualmente, garantindo a ampla concorrência, isonomia e transparência.

4.5 Após a formalização do termo de concessão de uso, os concessionários assumem a responsabilidade pela ocupação, conservação, manutenção, limpeza e operação do espaço durante o período acordado, sem qualquer transferência de posse ou propriedade.

4.6 Será permitida a alteração na estrutura dos quiosques nas seguintes condições:

4.6.1 Autorização prévia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, mediante apresentação detalhada da alteração;

4.6.2 Concordância unânime dos concessionários quanto à alteração para ser realizada em todos os quiosques, visando manter a padronização entre eles.

4.7 A solução inclui, ainda, a observância de normas de segurança, higiene, organização e funcionamento, além do cumprimento das exigências sanitárias e regulatórias aplicáveis à comercialização de alimentos e bebidas.

4.8 Ao término do período de vigência, os concessionários deverão restituir os quiosques nas mesmas condições em que foram recebidos, excetuando-se o desgaste natural decorrente do uso regular, encerrando-se, assim, o ciclo de vida do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

4.9 A concessão de uso será, portanto, temporário com vigência estritamente limitada ao intervalo definido neste termo de referência, podendo ser prorrogada por igual período.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados regularmente constituídos, cujo objeto social seja compatível com o objeto desta concessão de uso onerosa, conforme previsto neste Termo de Referência e no edital, observadas as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 6.857/2023.

5.2. A participação será exclusiva para Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.2.1. A fruição dos benefícios legais será limitada às MEIs, MEs e EPPs que, no ano-calendário da licitação, ainda não tenham celebrado termo de concessões com a Administração Pública Municipal cujos valores somados extrapolem o limite de receita bruta previsto para o enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme previsto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá apresentar declaração nesse sentido.

5.3. É vedada a participação nesta licitação:

5.3.1. De licitantes que não atendam a todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos;

5.3.2. Do autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, ou empresas a eles vinculadas, conforme previsto no art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

- 5.3.3. De empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, por força de sanção administrativa;
- 5.3.4. De pessoas jurídicas que tenham vínculo direto com agentes públicos responsáveis pela licitação, gestão ou fiscalização do termo de concessão, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
- 5.3.5. De empresas coligadas, controladoras ou controladas entre si;
- 5.3.6. De consórcios de empresas, salvo previsão expressa em sentido contrário;
- 5.3.7. De empresas condenadas por trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil ou violações à legislação trabalhista, nos cinco anos anteriores à publicação do edital;
- 5.3.8. De agentes públicos do Município de Ipiáú/BA, direta ou indiretamente;
- 5.3.9. De OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) atuando nessa condição.
- 5.4. O impedimento de participação também se aplicará à empresa que atue em substituição fraudulenta a outra sancionada, incluindo controladoras, controladas ou coligadas.
- 5.5. A Administração poderá, a seu critério exclusivo e sob supervisão de agentes públicos, admitir a colaboração do autor dos projetos na fase de planejamento ou gestão da contratação, desde que não envolva conflito de interesse.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Deverão ser apresentados, conforme o tipo de pessoa jurídica:

6.1.1. Empresário individual:

- Comprovação de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, emitida pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB).

6.1.2. Microempreendedor Individual (MEI):

- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade pelo portal oficial: www.gov.br/mei.

6.1.3. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) ou sociedade empresária:

- Ato constitutivo consolidado ou acompanhado de todas as alterações contratuais, devidamente registrado na JUCEB, com prova da designação dos administradores.

6.1.4. Filial, sucursal ou agência:

- Prova de inscrição e regularidade no registro mercantil da matriz e da unidade operacional no Estado da Bahia.

6.1.5. Sociedade simples:

- Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas no município sede, com prova da designação dos representantes legais.

6.1.6. Empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil:

- Decreto de autorização de funcionamento no país, nos termos da legislação federal.

6.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.2.1. Inscrição no CNPJ:

- Comprovação atualizada da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

6.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes municipal:

- Prova de inscrição no cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda de Ipiáú, compatível com o objeto da concessão.

6.2.3. Regularidade fiscal federal:

- Certidão conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, válida e abrangendo tributos federais e Dívida Ativa da União.

6.2.4. Regularidade com o FGTS:

- Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.

6.2.5. Certidão trabalhista:

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

6.2.6. Regularidade com a Fazenda Estadual:

- Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA).

6.2.7. Regularidade com a Fazenda Municipal:

- Certidão negativa de débitos municipais junto à Secretaria da Fazenda de Ipiáú, com validade na data de abertura da sessão pública.

6.3. CONDIÇÃO ESPECÍFICA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.3.1. Caso o licitante detentor da melhor proposta seja qualificado como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverá apresentar todos os documentos exigidos para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que haja alguma restrição.

Parágrafo único. A apresentação incompleta ou a ausência de tais documentos implicará a inabilitação do licitante, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.4.1. Certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de pedido de insolvência, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão inferior a 30 (trinta) dias da data da sessão pública ou dentro do prazo de validade expresso no documento.

6.4.2. Caso a certidão seja positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi homologado judicialmente, conforme art. 58 da Lei nº 11.101/2005, além de atender plenamente aos demais requisitos de habilitação exigidos no edital.

7. DA VISITA TÉCNICA

7.1. Considerando que, na presente contratação, o conhecimento prévio do local é imprescindível para a adequada compreensão das condições de uso dos quiosques públicos situados na Praça Álvaro Jardim, o licitante deverá atestar que conhece o local e compreende plenamente as condições e peculiaridades da concessão, sob pena de inabilitação.

7.2. Para tanto, o licitante poderá comprovar esse conhecimento de uma das seguintes formas:

- a) Por meio da realização de visita técnica presencial, com agendamento prévio; ou
- b) Por meio de declaração formal, assinada pelo responsável legal, atestando ciência plena das condições físicas, operacionais e contratuais do objeto.

7.3. O licitante que optar pela vistoria presencial deverá realizar o agendamento prévio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, exclusivamente por meio do e-mail institucional: desenvolvimentourbano2021@gmail.com

7.3.1. O agendamento será individualizado, garantindo data e horário exclusivos para cada licitante, de forma a preservar a isonomia e evitar encontros simultâneos entre concorrentes.

7.3.2. Após a realização da visita técnica, será fornecido atestado de vistoria, o qual deverá ser anexado à documentação de habilitação.

7.4. O licitante que optar por não realizar a vistoria presencial deverá apresentar, obrigatoriamente, uma declaração formal, assinada pelo representante legal, nos moldes do Anexo VI, declarando que teve acesso às informações constantes do edital e seus anexos e que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

7.5. Em ambos os casos, a apresentação da comprovação de conhecimento do local (por vistoria ou por declaração) será requisito essencial para habilitação no certame, nos termos dos princípios do planejamento e do julgamento objetivo previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1. Além da documentação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, os licitantes deverão apresentar:

8.1.1 Declaração Unificada devidamente preenchido, conforme modelo constante no anexo I, deste termo de referência.

8.1.2 Declaração de categoria preenchido conforme modelo constante no anexo III, deste termo de referência.

8.1.3. Formulário de Proposta e Preço preenchidos, conforme modelo constante no anexo IV e V respectivamente deste Termo de Referência.

8.1.4. Declaração formal do licitante atestando que não possui, atualmente, outro estabelecimento comercial em regime de concessão e/ou CONCESSÃO de uso no município de Ipiáú/BA, nos moldes do anexo II deste termo de referência, com a finalidade de assegurar a democratização das oportunidades e o acesso equitativo entre os empreendedores locais.

9. DAS CONDIÇÕES E PRAZO PARA EXECUÇÃO

9.1. O início da ocupação e do exercício da atividade comercial nos quiosques deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Termo de Concessão de Uso, condicionado à apresentação da seguinte documentação:

- a) Alvará de funcionamento expedido pelo Município de Ipiáú/BA;
- b) Licença sanitária, quando aplicável à atividade pretendida;
- c) Termo de vistoria prévia da estrutura, emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos;
- d) Comprovante de pagamento quitação do valor da outorga em cota única referente aos primeiros 12 (doze) meses do período de concessão.
- e) Termo de compromisso e responsabilidade pelo uso adequado do quiosque e pela conservação do espaço público, conforme modelo fornecido pela Administração conforme modelo constante no anexo VII neste Termo de Referência;

10. DAS CONDIÇÕES, USO E OPERAÇÃO

10.1 Os concessionários deverão observar, durante toda a vigência do termo de concessão:

10.1.1 A manutenção da atividade exclusivamente voltada à comercialização de alimentos e bebidas, conforme autorizado no instrumento de concessão;

10.1.2 A higiene, segurança, funcionalidade e conservação da estrutura física do quiosque, sendo vedadas reformas ou alterações estruturais sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;

10.1.3 O uso de embalagens adequadas e sustentáveis, sempre que possível, evitando materiais de difícil decomposição, conforme diretrizes ambientais do Município;

10.1.4 A obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual (EPI) para colaboradores, conforme legislação trabalhista e sanitária vigente;

10.1.5 Fica expressamente vedada a sublocação, cessão, transferência, arrendamento ou empréstimo, total ou parcial, do objeto desta concessão, a qualquer título, seja de forma onerosa ou gratuita, sem a prévia e expressa anuência do Poder Concedente, sob pena de rescisão contratual.

10.2 – Do Horário de Funcionamento dos Quiosques:

10.2.1 O horário regular de funcionamento será estabelecido entre **08h00 e 22h00**, ficando a ser definido a critério do concessionário de acordo com o seguimento comercializado, podendo ser ajustado conforme necessidade, devendo ser informada previamente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos.

10.2.2 A utilização dos quiosques deverá ocorrer dentro do horário estipulado pela Administração Municipal, podendo haver, excepcionalmente, extensões de horário em datas festivas, tais como: São Pedro de Ipiatú, Dia do Evangélico, Dia do Reggae, Festival do Chocolate, entre outros eventos definidos pela Prefeitura, desde que previamente comunicados e autorizados;

10.2.3 Os quiosques deverão funcionar conforme os horários estabelecidos pela Administração Municipal, respeitando-se as normas de uso do espaço público e os limites legais de perturbação do sossego público.

10.2.4 Para funcionamento em horário estendido, o concessionário deverá comunicar formalmente à Administração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, cabendo à Prefeitura autorizar ou indeferir a solicitação conforme critérios de interesse público e segurança.

10.2.5 É vedado o funcionamento dos quiosques fora dos horários permitidos sem prévia autorização, sob pena de sanções administrativas, podendo incluir advertência, multa e, em casos reincidentes, rescisão do contrato de concessão.

10.3 Do uso de equipamentos:

10.3.1 Os concessionários poderão utilizar equipamentos necessários à atividade comercial exercida no quiosque, desde que compatíveis com a infraestrutura disponível e com as normas de segurança, higiene e funcionamento do espaço público.

10.3.2 É de inteira responsabilidade do concessionário a instalação, operação, manutenção e segurança dos equipamentos utilizados no quiosque, incluindo, mas não se limitando a: freezers, geladeiras, fogões, chapas, fritadeiras, expositores, televisores e equipamentos de iluminação complementar.

10.3.3 Equipamentos que gerem alto consumo de energia elétrica ou que possam comprometer a rede elétrica instalada deverão ser previamente autorizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos.

10.3.4 Não será permitido o uso de equipamentos que produzam ruídos excessivos, vibrações, odores desagradáveis ou qualquer outro incômodo à circunvizinhança.

10.3.5 A instalação de equipamentos externos ao quiosque, como toldos, mesas, cadeiras ou estruturas de apoio, deverá respeitar os modelos constantes no anexo IX

10.3.6 É expressamente proibida a expansão da área de atendimento ou exposição comercial para além dos limites autorizados, salvo em casos excepcionais, mediante **autorização formal da Prefeitura Municipal de Ipiatú**.

10.3.7 Não será permitido o uso de equipamentos externos por parte dos concessionários durante eventos de grande porte realizados na praça, quando assim definidos previamente pela Administração Municipal.

10.3.8 Todos os quiosques terão sua rede de energia elétrica e abastecimento de água individualizados pelo concessionário vencedor da licitação, sendo de sua inteira responsabilidade o pagamento das respectivas contas de consumo, inclusive encargos e tributos incidentes.

11. DAS OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS

11.1 Caberá ao concessionário:

11.1.1 Executar sua atividade comercial prioritariamente no espaço interno do quiosque, sendo permitida a utilização da área externa somente nos limites previamente estabelecidos pela Administração Municipal;

11.1.2 Ocupar a área externa autorizada, caso necessário, de forma controlada, para instalação de mesas, cadeiras, lixeiras, expositores ou estruturas auxiliares, desde que não interfira na circulação de pedestres, na acessibilidade ou na estética urbana da praça.

11.2.3 Arcar com todas as despesas operacionais, como contas de água, luz, internet, manutenção corretiva e tributos incidentes sobre a atividade;

11.2.4 Atender integralmente às determinações e notificações emitidas pela Administração, inclusive aquelas relativas à fiscalização sanitária, urbanística e ambiental.

11.2.5 Será permitido, como limite máximo de utilização de equipamentos externos, até 10 (dez) jogos de mesas com cadeiras e 2 (duas) tendas do tipo piramidal.

12. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

12.1 A ocupação e uso dos quiosques serão fiscalizados por servidor(es) designado(s) pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, que poderão realizar inspeções regulares ou extraordinárias, inclusive durante eventos;

12.2 Caso seja constatada desconformidade no uso ou má conservação do espaço, o concessionário será notificado para regularização em até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades previstas no instrumento de concessão;

13. DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

13.1 A concessão poderá ser revogada, a qualquer tempo, nas hipóteses de:

13.1.1 Descumprimento das condições estipuladas neste termo ou na legislação aplicável;

13.1.2 Inatividade por período superior a 30 (trinta) dias sem justificativa formal;

13.1.3 Prática de atividades ilícitas no espaço concedido;

13.1.4 Necessidade de reestruturação urbana fundamentada em interesse público superveniente, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

14. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

14.1. O custo total estimado para o objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)**, sendo esse o **valor mínimo inicial** a ser proposto para a concessão. Os valores estimados para os itens fazem parte deste processo administrativo.

15. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1 As propostas deverão ser apresentadas constando valor por toda vigência do Contrato.

15.2 Na fase de envio da proposta, os licitantes deverão indicar expressamente a categoria à qual desejam concorrer, ficando a concessão vinculada à classificação obtida dentro de cada categoria, respeitando a categoria previamente definida para aquele espaço, conforme anexo IV e V.

15.3 Com o objetivo de assegurar a diversidade de produtos comercializados, promover o equilíbrio entre os segmentos e garantir a atratividade da Praça Álvaro Jardim, os quiosques objeto da presente licitação serão distribuídos conforme as seguintes categorias de atividade comercial:

15.3.1 Categoria 1 – Lanches Rápidos e Snacks

Destinada à comercialização de alimentos de consumo rápido e prático, como:

- Cachorro-quente;
- Pastéis;
- Salgados fritos ou assados (coxinha, quibe, empada, etc.);
- Pipoca;
- Chips artesanais (batata, mandioca, banana);
- Outros itens similares de preparo rápido e consumo imediato.

15.3.2 Categoria 2 – Sobremesas e Produtos Gelados

Abrange a comercialização de sobremesas doces e itens refrescantes, incluindo:

- Açaí;
- Sorvetes e picolés;
- Doces caseiros (brigadeiro, cocada, bolo no pote, pudim, etc.);
- Chocolates artesanais;
- Outros produtos correlatos ao segmento de sobremesas.

15.3.3 Categoria 3 – Comidas Típicas Regionais

Reservada à comercialização de preparações com identidade cultural e tradição local ou regional, tais como:

- Acarajé;
- Tapioca (com foco regional);
- Mingaus, beiju, cuscuz, bolos regionais;
- Produtos artesanais com características típicas do Nordeste;
- Outros alimentos com forte referência à culinária regional.

15.4 Será vedada a comercialização de produtos pertencentes a categorias diferentes daquela para a qual o quiosque foi licitado, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração Pública, respeitando-se o equilíbrio de atividades e a função social do espaço.

15.5 Os quatro quiosques da Praça Álvaro Jardim serão destinados, individual e exclusivamente às categorias estabelecidas na cláusula 15.3 deste termo de referência.

15.5.1 A definição do espaço físico de cada categoria será estabelecida conforme tabela a seguir:

QUIOSQUE	CATEGORIA VINCULADA
A	Categoria 1 – Lanches Rápidos e Snacks
B	Categoria 2 – Sobremesas e Produtos Gelados
C	Categoria 3 – Comidas Típicas Regionais

15.6 Cada quiosque será licitado separadamente e a proposta vencedora deverá estar vinculada à categoria correspondente ao quiosque, conforme definido no quadro acima.

15.7 Será vedada a duplicidade de segmentos, sendo expressamente proibido que mais de um quiosque opere na mesma categoria comercial, ainda que por proposta de licitantes diferente.

15.8 Não será permitida a alteração da categoria do quiosque após a adjudicação, nem a inclusão de produtos pertencentes a outras categorias, salvo autorização prévia e expressa da Administração Pública, em caso de interesse público devidamente justificado.

15.9 No ato da proposta, o licitante deverá indicar o quiosque ao qual pretende concorrer, respeitando a categoria previamente definida para aquele espaço.

15.10 Um mesmo licitante poderá apresentar propostas para mais de um quiosque, no entanto, será permitida a concessão de apenas um quiosque por licitante, visando garantir a democratização do uso dos espaços públicos.

15.11 Para fins de padronização, será disponibilizado em anexo a este Termo de Referência um modelo de proposta de preço e um formulário de proposta comercial, o qual deverá ser obrigatoriamente utilizado pelos licitantes no momento da apresentação das propostas.

16. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

16.1 O prazo desta contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovado, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, desde que haja interesse da Administração e vantagem na prorrogação.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

17.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1.1. O Termo de Concessão deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

17.1.2. A execução do Termo de Concessão deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

17.1.3. O fiscal do Termo de concessão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

17.1.4. O fiscal do Termo de Concessão informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

17.1.5. O concessionário será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

17.1.6. O concessionário será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

17.1.7. Somente o concessionário será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

17.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e o concessionário devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

17.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

17.1.10. Após a assinatura do Termo de Concessão de Uso ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa concessionários para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

17.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

17.2.1. Os serviços, objeto desta Licitação, serão acompanhados pelo GESTOR especialmente designado pelo CONCEDENTE para esse fim, e fiscalizados por membro de equipe de fiscalização de postura municipal da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, os quais deverão ter perfil para desempenhar tais tarefas, proporcionando a estes o conhecimento dos critérios e das responsabilidades assumidas.

17.2.2. A fiscalização dos serviços pela Concedente não exclui nem diminui a completa responsabilidade da concessionária por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

17.3 Compete à FISCALIZAÇÃO dentre outras atribuições:

17.3.1 A fiscalização dos serviços pela CONCEDENTE não exclui nem diminui a completa responsabilidade do CONCESSIONÁRIO por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

- 17.3.2 Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- 17.3.3 Assistir o(a) CONCESSIONÁRIO(A) na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- 17.3.4 Conhecer detalhadamente o Termo de concessão e as cláusulas nele estabelecidas;
- 17.3.5 Determinar a paralisação da execução do Termo de concessão quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- 17.3.6 Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias das especificações;
- 17.3.7 Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Termo de concessão;
- 17.3.8 Exigir pontualidade no cumprimento dos horários de funcionamento estabelecidos.
- 17.3.9 Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- 17.3.10 Relatar as ocorrências que exijam comunicação às autoridades competentes.
- 17.3.11 Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;

18. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

18.1 Constitui-se obrigação do MUNICÍPIO:

18.2 Compete ao Município de Ipiáú/BA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos (SEDUR), assegurar a boa execução da concessão de uso onerosa, incumbindo-se das seguintes responsabilidades:

18.2.1. Entregar ao CONCESSIONÁRIO o quiosque objeto da concessão, livre e desimpedido de quaisquer ocupações ou pendências, possibilitando o início imediato das adaptações necessárias e das atividades comerciais previstas.

18.2.2. Designar servidores para a fiscalização técnica e contratual dos quiosques concedidos, garantindo a observância dos termos da concessão e orientando o CONCESSIONÁRIO sempre que necessário, sem que isso implique em transferência de responsabilidade.

18.2.3. Registrar e comunicar formalmente, por meio da fiscalização, quaisquer irregularidades ou descumprimentos identificados, inclusive inadequações quanto às condições de uso do espaço.

18.2.4. Notificar o CONCESSIONÁRIO caso identifique inadimplemento contratual por prazo superior a 30 (trinta) dias, solicitando regularização sob pena de rescisão.

18.2.5. Após 90 (noventa) dias de inadimplemento, adotar as providências cabíveis visando à rescisão contratual e retomada do imóvel, mediante ato administrativo formal, sem prejuízo de demais sanções legais e administrativas.

18.2.6. Verificar continuamente se estão sendo cumpridas as cláusulas contratuais, inclusive quanto à qualidade, limpeza, horário de funcionamento e aspectos visuais dos quiosques, promovendo ações corretivas sempre que necessário.

18.2.7. Fornecer informações e esclarecimentos pertinentes ao CONCESSIONÁRIO, quando solicitado, relacionados ao cumprimento da concessão, infraestrutura da praça ou normas municipais aplicáveis.

18.2.8. Avaliar periodicamente o desempenho do CONCESSIONÁRIO, considerando critérios como qualidade no atendimento, conservação do quiosque e relacionamento com os usuários, podendo aplicar medidas de advertência, suspensão ou outras sanções, conforme o caso.

18.2.9. Notificar o CONCESSIONÁRIO quanto à necessidade de realização de reparos, adequações ou correções estruturais ou funcionais, estabelecendo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para atendimento, contados do recebimento da notificação.

18.2.10. Garantir acesso livre ao local concedido aos servidores designados para fiscalização, bem como ao pessoal técnico que eventualmente necessite vistoriar, avaliar ou intervir no imóvel para fins de manutenção da infraestrutura pública.

18.3 Constitui-se obrigação do CONCESSIONÁRIO:

18.3.1 Entregar os bens e iniciar as atividades no prazo e local definidos pela Administração Municipal, em perfeitas condições de funcionamento, conforme estabelecido no instrumento contratual.

18.3.2. Prestar, sempre que solicitado, todas as informações e esclarecimentos à Prefeitura Municipal de Ipiáú, especialmente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, garantindo transparência, publicidade e agilidade na comunicação e fiscalização.

18.3.3 Efetuar, pontualmente, o pagamento das cotas anuais relativas à outorga da concessão, bem como de todos os tributos, taxas e contribuições devidas ao Município, Estado e União, que incidam sobre a atividade exercida ou sobre o bem concedido.

18.3.4 Assumir integralmente as despesas operacionais, incluindo fornecimento de energia elétrica e água por meio de transferência de titularidade. Além de despesas de telefonia, internet, manutenção, conservação e limpeza do imóvel, sem qualquer ônus para o Município de Ipiáú.

18.3.5 Utilizar a energia elétrica conforme a capacidade instalada no imóvel. Caso haja necessidade de aumento de carga, o concessionário deverá arcar com os custos correspondentes, mediante autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos.

18.3.6 Manter em local visível e acessível ao público um aviso contendo o número de telefone e e-mail da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, para fins de fiscalização, denúncias e reclamações.

18.3.7 Cumprir rigorosamente todas as normas legais, regulamentares e contratuais, inclusive as de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, sanitária, ambiental, urbanística e de defesa do consumidor, responsabilizando-se integralmente por seus atos e pelos de seus prepostos.

18.3.8 Comunicar imediatamente à fiscalização municipal qualquer dano, avaria ou irregularidade verificada no imóvel, assumindo os custos de reparo quando decorrentes de uso indevido.

18.3.9. Não realizar atividades sonoras externas com uso de equipamentos eletrônicos ou instrumentos musicais amplificados, resguardando a paz urbana e o interesse público, salvo expressa autorização da Prefeitura em eventos específicos.

18.3.10 Manter o imóvel e suas instalações, inclusive sanitários, limpos, higienizados e em perfeito estado de conservação, conforme exigências da vigilância sanitária e demais órgãos competentes.

18.3.11 Solicitar autorização prévia e formal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos para quaisquer modificações, adaptações ou benfeitorias no imóvel, apresentando concordância unânime dos concessionários quanto à alteração a ser realizada.

18.3.12 Concorde que as benfeitorias realizadas, exceto as removíveis sem prejuízo ao imóvel, integram automaticamente o patrimônio público municipal, sem direito a qualquer tipo de indenização.

18.3.13. Instalar letreiros, placas ou mobiliário urbano apenas com autorização prévia da Prefeitura, respeitando o padrão visual, as dimensões e as diretrizes definidas pelo setor competente, conforme anexo IX.

18.3.14. Obedecer ao limite de mesas, cadeiras, toldos conforme especificados neste termo de referência no item 11.2.5, sendo vedada sua ampliação sem autorização expressa da fiscalização e/ou administração municipal.

18.3.15 Contratar e manter apólice de seguro contra incêndio, danos materiais e responsabilidade civil, com cláusula beneficiária em favor do Município de Ipiáú, apresentando os comprovantes atualizados à Administração.

18.3.16 Obter e manter válidos e atualizados o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), o alvará sanitário (quando aplicável) e o alvará de funcionamento municipal.

18.3.17 Comercializar apenas produtos lícitos, com procedência regular, compatíveis com a legislação vigente e adequados ao uso proposto na concessão, garantindo a segurança e qualidade dos alimentos e serviços ofertados.

18.3.18 Praticar preços compatíveis com os valores praticados no mercado local de Ipiáú, observando o princípio da modicidade e o interesse público.

18.3.19 Garantir atendimento ao público com cortesia, higiene e respeito, exigindo-se que todos os funcionários estejam devidamente uniformizados, treinados e identificados.

18.3.20 promover a remoção de bens, equipamentos, utensílios e resíduos, ao término da concessão de uso, bem como a devolução do quiosque nas mesmas condições em que foi recebido, salvo desgastes naturais decorrentes do uso regular.

18.4 Das Vedações:

18.4.1. Não é permitido venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos conforme Lei 13.106/2015 altera o artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90).

18.4.2. Fica vedada a utilização de equipamentos de propagação sonora, tais como amplificadores, aparelhos de som, "home theaters", etc.

18.4.3. É vedada a colocação de faixas, "banners", placas, tabuletas e similares em qualquer parte externa dos quiosques padronizadas.

19. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

19.1. Pela concessão de uso do bem público municipal, o CONCESSIONÁRIO pagará ao Município de Ipiáú/BA o valor correspondente à outorga, calculado com base na proposta vencedora apresentada, aplicado para os primeiros 12 (doze) meses de vigência do Termo de Concessão. Esse valor servirá de referência para os pagamentos anuais subsequentes, enquanto perdurar a concessão, conforme formalizado no respectivo Termo de Concessão e em observância à Lei nº 14.133/2021.

19.2. O pagamento da outorga será realizado em duas parcelas, da seguinte forma:

19.2.1. **Primeira parcela** – correspondente à metade do valor total ofertado, a ser paga antes da assinatura do Termo de Concessão de Uso Oneroso;

19.2.2. **Segunda parcela** – correspondente à outra metade do valor total ofertado, a ser paga até 30 (trinta) dias antes do início do último ano de vigência do contrato.

19.3. O licitante vencedor poderá, alternativamente, optar pelo pagamento em parcela única, que deverá ser efetuado antes da assinatura do Termo de Concessão de Uso Oneroso.

19.4. O não pagamento da outorga nas condições estipuladas implicará, conforme o caso, na impossibilidade de assinatura do Termo ou na rescisão da concessão, com aplicação das penalidades previstas neste edital e na legislação aplicável.

19.5. O primeiro pagamento referente à outorga da concessão dos primeiros 12 (doze) meses deverá ser efetuado previamente à assinatura do Termo de Concessão, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a comprovação do pagamento.

19.6 Considerando que a vigência da concessão será de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por igual período, os pagamentos da outorga deverão ser realizados anualmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento de

cada período de 12 (doze) meses de vigência. O recolhimento da outorga será feito diretamente à Secretaria Municipal da Fazenda, mediante Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou por outro meio oficial que venha a ser estabelecido pela Administração.

19.7 As despesas referentes à instalação e/ou fornecimento de água, energia elétrica, telefonia, internet e demais serviços necessários ao funcionamento do quiosque correrão integralmente por conta do Concessionário, sem qualquer ônus para a Administração Pública, nos termos do art. 6º, inciso XXXVI, e do art. 116 da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem as obrigações do contratado e os requisitos para a formalização dos instrumentos de concessão.

19.8 O Concessionário será o único responsável por todos os tributos, encargos, taxas e contribuições de natureza municipal, estadual e federal, incidentes direta ou indiretamente sobre o imóvel ou sobre as atividades nele exercidas, inclusive contribuições previdenciárias, fiscais e trabalhistas de seus empregados e prepostos.

19.9. O não pagamento no prazo estipulado sujeitará o valor devido à atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de:

I – Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês pro rata die, a contar do dia seguinte ao vencimento;

II – Multa sobre o valor atualizado, conforme escalonamento a seguir:

- 5% (cinco por cento), se o pagamento ocorrer até 30 dias após o vencimento;
- 10% (dez por cento), se entre 31 e 60 dias após o vencimento;
- 15% (quinze por cento), se após 60 dias do vencimento.

19.10 O valor da concessão poderá ser reajustado anualmente, a cada 12 (doze) meses, com base na variação acumulada do IPCA/IBGE, conforme previsto no art. 92, §4º da Lei nº 14.133/2021, visando à preservação do valor real da contraprestação. O pagamento continuará sendo efetuado em cota única, correspondente ao montante total referente aos 12 (doze) meses subsequentes de vigência.

19.11 O valor da contraprestação poderá ser revisto a qualquer tempo, de forma fundamentada e motivada, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, conforme art. 108 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja demonstração de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, como:

I. Alterações unilaterais promovidas pela Administração Municipal;

II. Fatos da Administração que impeçam a execução regular do objeto;

III. Fatos alheios ao termo de concessão, de efeitos extraordinários e imprevisíveis.

Parágrafo único. A revisão mencionada nesta cláusula deverá ser precedida de análise técnico-econômica pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, com apoio da Secretaria da Fazenda e controle interno, visando à estrita observância dos princípios da legalidade, economicidade e interesse público.

20. DA ESTIMATIVA DO PREÇO:

20.1. Para fins de viabilidade econômico-financeira da concessão de uso oneroso do bem público municipal, **o valor mínimo** estimado pela Administração Pública é de **R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) pelo período de 24 meses** por unidade (quiosque), conforme pesquisa de preço simplificado e análise do valor de mercado local, em consonância com o art. 23, inciso I, alínea 'a' da Lei nº 14.133/2021.

20.2. As propostas deverão conter o valor GLOBAL ofertado, expresso em moeda corrente nacional (R\$), inclusos todos os tributos, encargos e demais custos diretos e indiretos decorrentes da execução da concessão, conforme exigido no instrumento convocatório.

20.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores inferiores ao valor mínimo estimado, nos termos do art. 59, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021, por comprometerem a viabilidade do objeto e o interesse público envolvido.

21. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

21.1 A presente concessão de uso oneroso de bem público não implica em despesa para o Município de Ipiáú/BA, tratando-se de receita patrimonial derivada da exploração de bens públicos, a ser arrecadada e devidamente registrada nas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, vinculada à Unidade Gestora da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, observando-se o princípio da legalidade orçamentária (art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021).

22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS CONCESSIONÁRIOS

22.1. O concessionário será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, exclusivamente por meio eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso II, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o de MAIOR OFERTA, tendo por objeto o valor ofertado pela concessão de uso oneroso de bem público. Cada participante deverá indicar um único representante legal, que responderá por sua representada para todos os efeitos legais.

22.2. O critério de julgamento "Maior Oferta" consiste na seleção da proposta que apresentar o maior valor de contraprestação pelo uso do bem público municipal, visando a maximização da receita pública sem prejuízo da adequada utilização e preservação do imóvel concedido.

22.3 A licitação será realizada com ampla divulgação nos meios oficiais, como o Diário Oficial do Município, o site institucional e, quando cabível, em jornais de grande circulação regional, conforme exigido pelo art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. A sessão pública será conduzida pela Agente de Contratação e Equipe de apoio formalmente designada, assegurando-se a transparência, competitividade e paridade de condições entre os licitantes, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

22.5 Será admitida a concessão por item individualizado, nos casos em que o objeto da concessão compreender mais de um bem (ex: quiosques distintos), assegurando-se a seleção da melhor proposta por unidade, sem prejuízo da conveniência administrativa.

22.6 O licitante poderá apresentar propostas para um, mais de um ou todos os quiosques, desde que respeitadas as exigências específicas de cada categoria.

22.7 Apesar de ser permitida a concorrência em múltiplos quiosques, cada licitante poderá ser adjudicado e contratado em apenas um quiosque.

22.8 Caso um mesmo licitante seja classificado em primeiro lugar em mais de um quiosque, será convocado para manifestar formalmente a sua escolha por apenas um deles, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da convocação

22.9 O(s) quiosque(s) remanescente(s), para o(s) qual(is) o licitante não manifestar interesse, será(ão) adjudicado(s) ao segundo colocado da respectiva categoria, desde que atendidos todos os requisitos do edital e com proposta válida.

22.10 A não manifestação no prazo estipulado implicará na adjudicação automática do quiosque de menor valor proposto pelo licitante, ou, a critério da Administração, na desclassificação do licitante em todos os quiosques em que tenha sido primeiro colocado.

23. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO:

23.1 A utilização dos quiosques públicos da Praça Álvaro Jardim para a comercialização de alimentos e bebidas pode gerar alguns impactos ambientais, principalmente relacionados à geração de resíduos sólidos, consumo de água, consumo de energia elétrica e poluição sonora.

23.2 Possíveis Impactos Ambientais:

23.2.1 Geração de resíduos sólidos urbanos, como embalagens, restos de alimentos e materiais descartáveis;

23.2.2 Descarga inadequada de efluentes líquidos, decorrentes da manipulação de alimentos e lavagem de utensílios, podendo impactar o sistema de drenagem urbana ou solo;

23.2.3 Poluição sonora, em função da atividade comercial e possível utilização de equipamentos sonoros;

23.2.4 Consumo excessivo de água e energia elétrica, caso não sejam adotadas práticas conscientes e equipamentos eficientes;

23.2.5 Risco de degradação do espaço público, como acúmulo de lixo, descarte irregular e desgaste físico da estrutura.

23.3 Disposições sobre o Tratamento e a Mitigação de Riscos?

23.3.1 Descartar corretamente os resíduos, com vedação expressa ao lançamento de resíduos sólidos ou líquidos nas áreas públicas e redes de drenagem pluvial;

23.3.2 Incorporar cláusulas no termo de concessão que restrinjam o uso de equipamentos sonoros, limitando os níveis de emissão de ruído e horários de funcionamento, em respeito à legislação municipal de posturas e meio ambiente;

23.3.3 Incentivar o uso de materiais biodegradáveis, retornáveis ou recicláveis, visando à redução do volume de resíduos sólidos;

23.3.4 Recomendar o uso de equipamentos elétricos de baixo consumo e práticas de economia de água e energia, podendo ser critérios de pontuação no edital ou condições contratuais;

23.3.5 Responsabilizar os concessionários pela manutenção da limpeza, conservação e bom estado do espaço sob sua responsabilidade, incluindo o entorno imediato dos quiosques.

24. DAS PENALIDADES

24.1. O concessionário estará sujeito às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no Termo de Concessão, erro de execução, execução imperfeita, inadimplemento, omissão dolosa ou prestação de informações falsas à Administração Pública, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

24.2. As penalidades aplicáveis incluem:

I – Advertência, por escrito, quando constatadas infrações leves, sem prejuízo direto ao interesse público, ou descumprimento de obrigações acessórias, conforme inciso I do art. 156;

II – Multa, a ser aplicada conforme as hipóteses abaixo, proporcional à gravidade da infração:

a) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor anual da concessão, por atraso injustificado no cumprimento de obrigação contratual;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor anual da concessão, nos casos de inadimplemento contratual, uso indevido do bem público, alteração não autorizada da estrutura do quiosque, ou prática de atividade comercial em desacordo com o objeto licitado;

c) Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitado o limite de 30% do valor anual da concessão.

III – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Ipiáú/BA, por prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, quando houver conduta grave, como:

a) Recusa injustificada de assinatura do termo de concessão;

- b) Inexecução dolosa do objeto;
- c) Dano ao bem público ou a terceiros;
- d) Conduta que comprometa a finalidade da concessão.

IV – Declaração de inidoneidade, aplicável em última instância, conforme art. 156, inciso IV, nos casos de fraude, dolo comprovado, prejuízo intencional ao patrimônio público ou prática de atos lesivos à Administração, enquanto perdurarem os motivos da sanção ou até a reabilitação formal.

24.3. Será assegurado ao concessionário o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos seguintes prazos (art. 158, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa nas penalidades previstas nos incisos I, II e III desta cláusula;
- b) 10 (dez) dias úteis para a sanção de declaração de inidoneidade (inciso IV).

24.4. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Municipal de Ipiatú no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da decisão final. Em caso de inadimplência, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial, nos termos da legislação municipal.

24.5. As penalidades previstas poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, sem prejuízo das demais medidas legais e contratuais cabíveis.

24.6. A recusa injustificada da adjudicatária em firmar o termo de concessão no prazo estabelecido caracterizará inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a à multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da outorga, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas.

25 - DA EXECUÇÃO, DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO TERMO DE CONCESSÃO

25.1. O Termo de Concessão de Uso Oneroso deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, com a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normativos aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

25.2. A rescisão da concessão poderá ocorrer por acordo entre as partes ou por iniciativa da Administração Pública, de forma unilateral, motivada e formal, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

25.3. No caso de inadimplemento por parte do concessionário, a Administração poderá reter, cautelarmente, quaisquer créditos eventualmente devidos, até o limite necessário à compensação dos prejuízos apurados ou estimados, inclusive relativos à recomposição do bem público.

25.4. Quando a rescisão ocorrer sem culpa do concessionário, este fará jus à restituição proporcional de valores eventualmente pagos antecipadamente e à indenização de prejuízos comprovados, desde que não decorrentes de sua responsabilidade.

25.5. Em qualquer hipótese de rescisão unilateral, será assegurado ao concessionário o direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de manifestação e provas, após encerrada a fase de instrução, conforme art. 138, §2º da Lei nº 14.133/2021. O Município poderá adotar providências acautelatórias para proteger o patrimônio público ou evitar a continuidade de danos, desde que devidamente justificadas.

25.6. O Termo de Concessão será considerado extinto com o cumprimento integral das obrigações pelas partes e a devolução do bem público concedido em perfeitas condições de uso, sem pendências financeiras ou estruturais. A rescisão poderá ainda ocorrer por iniciativa da Administração, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, cujos dispositivos o concessionário declara conhecer e aos quais se submete integralmente.

26. DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

26.1. O Termo de Concessão terá vigência de 24 (vinte) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo:

26.1.1 - A prorrogação da concessão, renovando-se o seu quantitativo que poderá, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições originalmente pactuadas, mediante justificativa formal da autoridade competente, conforme o artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

26.1.2. A prorrogação estará condicionada à anuência do Concessionário e à verificação de que os preços registrados continuam compatíveis com os praticados no mercado.

26.1.3. Caso não seja possível manter as condições vantajosas ou haja justificativa administrativa para a não prorrogação, a Administração poderá optar pela realização de uma nova licitação.

27. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

27.1. O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços no mercado.

27.2. O Setor Responsável pela cotação de preço foi o Setor de Compras, que está vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

27. Dos Anexos

27.1 Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I – Modelo de Declaração Unificada

Anexo II – Modelo De Declaração De Ausência De Outro Estabelecimento Comercial Em Ipiatú/Ba

Anexo III - Modelo De Declaração De Categoria

Anexo IV - Formulário De Proposta Comercial

Anexo V - Modelo De Proposta De Preço

Anexo VI - Modelo De Declaração De Ciência E Responsabilidade Pela Não Realização De Vistoria Presencial

Anexo VII - Termo De Compromisso E Responsabilidade

Anexo VIII – Identificação dos Quiosques

Anexo IX – Modelo de mesas, cadeiras e letreiro

Ipiatú/BA, 19 de março de 2026.

Noiata Santos Takeda

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos
Mat.: 6562

Autorizado por:

NASSER SILVA BARROS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos
Decreto nº 7.974/2026

Apêndice do Termo de Referência

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIATÚ/BA

REF: CONCESSÃO DE USO DE QUIOSQUES PÚBLICOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA- Nº - XX

OBJETO: CONCESSÃO DE USO ONEROSA, DE 03 (TRÊS) QUIOSQUES PÚBLICOS, COM ÁREA INDIVIDUAL DE 15,25 M², LOCALIZADOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIATÚ/BA

TIPO: MAIOR LANCE POR ITEM

[NOME COMPLETO OU RAZÃO SOCIAL], CNPJ nº _____, com sede/endereço à [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representado(a) por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], vem, respeitosamente, apresentar a presente DECLARAÇÃO, nos termos do Edital de CONCESSÃO DE USO, para fins de participação no procedimento em epígrafe, DECLARANDO, sob as penas da lei:

1. Que está ciente e concorda integralmente com todas as condições estabelecidas no Edital de concessão e seus anexos, inclusive quanto às regras de uso, obrigações do autorizado e penalidades previstas;
2. Que possui pleno conhecimento de todos os aspectos relacionados ao objeto do credenciamento, estando em condições de atender, de forma satisfatória, às exigências estabelecidas pela Administração Pública Municipal;
3. Que cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital, estando a proposta apresentada em conformidade com os critérios e exigências editalícias;
4. Que, até a presente data, não existem fatos impeditivos à sua participação no presente processo de concessão de uso, comprometendo-se a informar imediatamente qualquer fato superveniente que altere sua condição de habilitação, nos termos da legislação vigente.
5. Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz:

☐ Sim ☐ Não

6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado, em conformidade com os incisos III e IV do art. 1º e o inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
7. Que nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à publicação do presente edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por:
 - Exploração de trabalho infantil;
 - Submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo;
 - Contratação de adolescentes em desacordo com a legislação trabalhista vigente.

Declaro, ainda, estar ciente de que a veracidade das informações aqui prestadas poderá ser verificada pela Administração Pública, a qualquer tempo, e que eventuais declarações falsas poderão ensejar sanções administrativas, civis e penais.

Cidade, de ____/____/2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Apêndice do Termo de Referência

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE OUTRO ESTABELECIMENTO COMERCIAL EM IPIAÚ/BA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ/BA

REF: CONCESSÃO DE USO DE QUIOSQUES PÚBLICOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº - XX

OBJETO: CONCESSÃO DE USO ONEROSA, DE 03 (TRÊS) QUIOSQUES PÚBLICOS, COM ÁREA INDIVIDUAL DE 15,25 M², LOCALIZADOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ/BA

TIPO: MAIOR LANCE POR ITEM

Eu, **[Nome Completo]**, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]** e da Carteira de Identidade nº **[Número da Identidade]**, residente e domiciliado(a) na **[Endereço Completo]**, na cidade de **[Cidade]**, Estado da **[Estado]**, na qualidade de proprietário(a) da empresa **[Nome da Empresa]**, inscrita no CNPJ nº **[Número do CNPJ]**, com sede na **[Endereço Completo da Empresa]**, venho, por meio desta, declarar, para os devidos fins, que:

1. Não possuo outro estabelecimento comercial em regime de concessão ou CONCESSÃO de uso no município de Ipiáú/BA; A presente declaração é firmada para fins de atendimento aos requisitos de habilitação do Edital de concessão de uso promovido pela Prefeitura Municipal de Ipiáú/BA, referente ao Direito de uso de quiosque públicos, com área individual de 15,25 m², localizados na praça Álvaro Jardim, no município de Ipiáú/Ba.

Declaro estar ciente de que a falsidade ou omissão de informações poderá ensejar responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal, conforme legislação vigente.

Ipiáú/BA, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Apêndice do Termo de Referência

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CATEGORIA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIATÚ/BA

REF: CONCESSÃO DE USO DE QUIOSQUES PÚBLICOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA- Nº - XX

OBJETO: CONCESSÃO DE USO ONEROSA, DE 03 (TRÊS) QUIOSQUES PÚBLICOS, COM ÁREA INDIVIDUAL DE 15,25 M², LOCALIZADOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIATÚ/BA

TIPO: MAIOR LANCE POR ITEM

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de estado de _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF _____, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação, no Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARA que, cumpre os requisitos legais para qualificação, que:

() *Se enquadrada como Microempresa Individual - MEI, Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.*

() *Não Se enquadra como Microempresa Individual – MEI, Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP.*

Para fins das prerrogativas do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer impedimentos estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a art. 49 da citada lei.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Apêndice do Termo de Referência

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ/BA

REF: CONCESSÃO DE USO DE QUIOSQUES PÚBLICOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA- Nº - XX

OBJETO: CONCESSÃO DE USO ONEROSA, DE 03 (TRÊS) QUIOSQUES PÚBLICOS, COM ÁREA INDIVIDUAL DE 15,25 M², LOCALIZADOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ/BA

TIPO: MAIOR LANCE POR ITEM

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone/WhatsApp: _____

E-mail: _____

Quiosque de interesse:

() Quiosque A

() Quiosque B

() Quiosque C

Proposta de valor de outorga (em R\$): _____

(Valor por extenso): _____

Proposta de valor de outorga anual (em R\$): _____

(Valor por extenso): _____

Declaro estar ciente de todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, assumindo o compromisso de cumpri-las integralmente.

Cidade, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal
(Nome completo e CPF)

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIATÚ/BA**REF: CONCESSÃO DE USO DE QUIOSQUES PÚBLICOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM**
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº - XX**OBJETO: CONCESSÃO DE USO ONEROSA, DE 03 (TRÊS) QUIOSQUES PÚBLICOS, COM ÁREA INDIVIDUAL DE 15,25 M², LOCALIZADOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIATÚ/BA****TIPO: MAIOR LANCE POR ITEM**

DADOS DA EMPRESA
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE
EMAIL:
DADOS DO RESPONSÁVEL
NOME:
CPF::
ENDEREÇO:
TELEFONE
EMAIL:

I- DA PROPOSTA (MODELO DE PREENCHIMENTO DA PROPOSTA)

Item	Descritivo do Objeto	Quant	Identificação do Quiosque	VALOR DA OFERTA
01	CONCESSÃO DE USO ONEROSO, DE QUIOSQUE PÚBLICO, COM ÁREA DE 15,25 M² CADA, NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIATÚ/BA.	01		R\$

Obs.: Cada Licitante, deve identificar, na tabela acima, a letra do quiosque escolhido no campo "Identificação do Quiosque".

II- DA VALIDADE DA PROPOSTA

Prazo de validade: 90 (noventa) dias.

III- DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Nos preços propostos acima estão incluídos todos os custos necessários, como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir direta ou indiretamente no objeto.

IV- DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus apêndices.

ATIVIDADE ECONÔMICA

As opções abaixo são exemplificativas. O licitante deve informar qual o tipo de comida e bebida que irá comercializar

QUIOSQUE (_____)	
TIPO DE COMIDA	TIPO DE BEBIDA
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
....

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CPF:

Apêndice do Termo de Referência

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRESENCIAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIATÚ/BA

REF: CONCESSÃO DE USO DE QUIOSQUES PÚBLICOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA- Nº - XX

OBJETO: CONCESSÃO DE USO ONEROSA, DE 03 (TRÊS) QUIOSQUES PÚBLICOS, COM ÁREA INDIVIDUAL DE 15,25 M², LOCALIZADOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIATÚ/BA

TIPO: MAIOR LANCE POR ITEM

A empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ nº **[número do CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por meio de seu representante legal, abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que:

1. Optou por não realizar a vistoria presencial no local objeto da contratação, assumindo, integralmente, a responsabilidade pelas informações necessárias à plena compreensão das condições, características e peculiaridades do objeto.
2. Declara, ainda, que teve acesso integral ao conteúdo do Edital e seus anexos, encontrando-se devidamente informados(a) sobre todas as condições, obrigações, especificações técnicas e demais elementos que compõem a presente contratação.
3. Reconhece, expressamente, que eventuais alegações de desconhecimento sobre as condições do local ou demais aspectos pertinentes não poderão ser utilizadas como justificativa para qualquer reivindicação de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazos ou isenção de responsabilidades contratuais.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração, ciente das responsabilidades civis, administrativas e penais decorrentes de eventuais informações falsas, nos termos da legislação vigente.

Ipiatú/BA, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal
(Nome completo e CPF)

Apêndice do Termo de Referência

ANEXO VII - TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ/BA

REF: CONCESSÃO DE USO DE QUIOSQUES PÚBLICOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA- Nº - XX

OBJETO: CONCESSÃO DE USO ONEROSA, DE 03 (TRÊS) QUIOSQUES PÚBLICOS, COM ÁREA INDIVIDUAL DE 15,25 M², LOCALIZADOS NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ/BA

TIPO: MAIOR LANCE POR ITEM

Pelo presente instrumento, eu, **[NOME COMPLETO DO CONCESSIONÁRIO]**, portador do CPF nº **[número]**, RG nº **[número]**, residente e domiciliado à **[endereço completo]**, na qualidade de concessionário(a) do quiosque nº **[número ou identificação do quiosque]**, localizado na Praça **[nome da praça]**, no município de Ipiáú – BA.

DECLARO, para os devidos fins, que:

1. Assumo total responsabilidade pela correta utilização do quiosque, comprometendo-me a utilizá-lo exclusivamente para os fins previstos no Termo de Referência e nos demais documentos que regem o presente processo.
2. Comprometo-me a zelar pela conservação, limpeza, organização e preservação do espaço público concedido, mantendo-o em boas condições de higiene, ordem e funcionamento durante todo o período da concessão.
3. Declaro estar ciente de que:
 - a) É proibida qualquer modificação na estrutura física do quiosque, seja ela de caráter fixo ou provisório, sem a prévia e formal autorização da Administração Pública Municipal. Além disso, nenhuma alteração que impacte a padronização ou o conjunto dos quiosques poderá ser realizada sem o consentimento unânime de todos os concessionários.
 - b) É de minha inteira responsabilidade a remoção de bens, equipamentos, utensílios e resíduos de minha propriedade ao término da concessão de uso, bem como a devolução do quiosque nas mesmas condições em que foi recebido, salvo desgastes naturais decorrentes do uso regular;
 - c) O não cumprimento das condições aqui estabelecidas poderá acarretar a revogação da concessão de uso, aplicação de penalidades administrativas e responsabilização por danos eventualmente causados ao patrimônio público.
4. Declaro, ainda, que tive pleno acesso às condições, normas, deveres e obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, concordando integralmente com seus termos.
5. Por fim, assumo o compromisso de respeitar e cumprir todas as normas de segurança, sanitárias, ambientais, administrativas e demais legislações aplicáveis durante o período de utilização do quiosque.

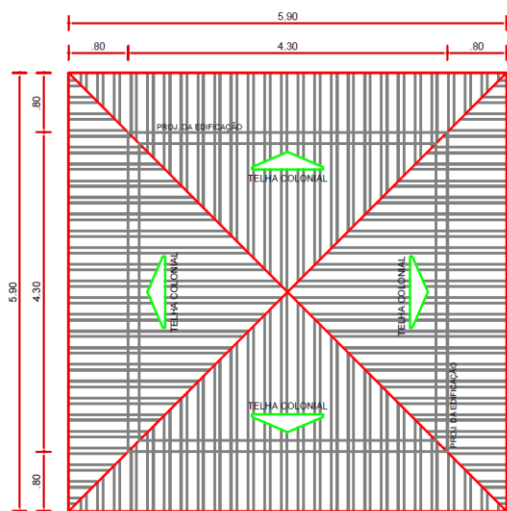
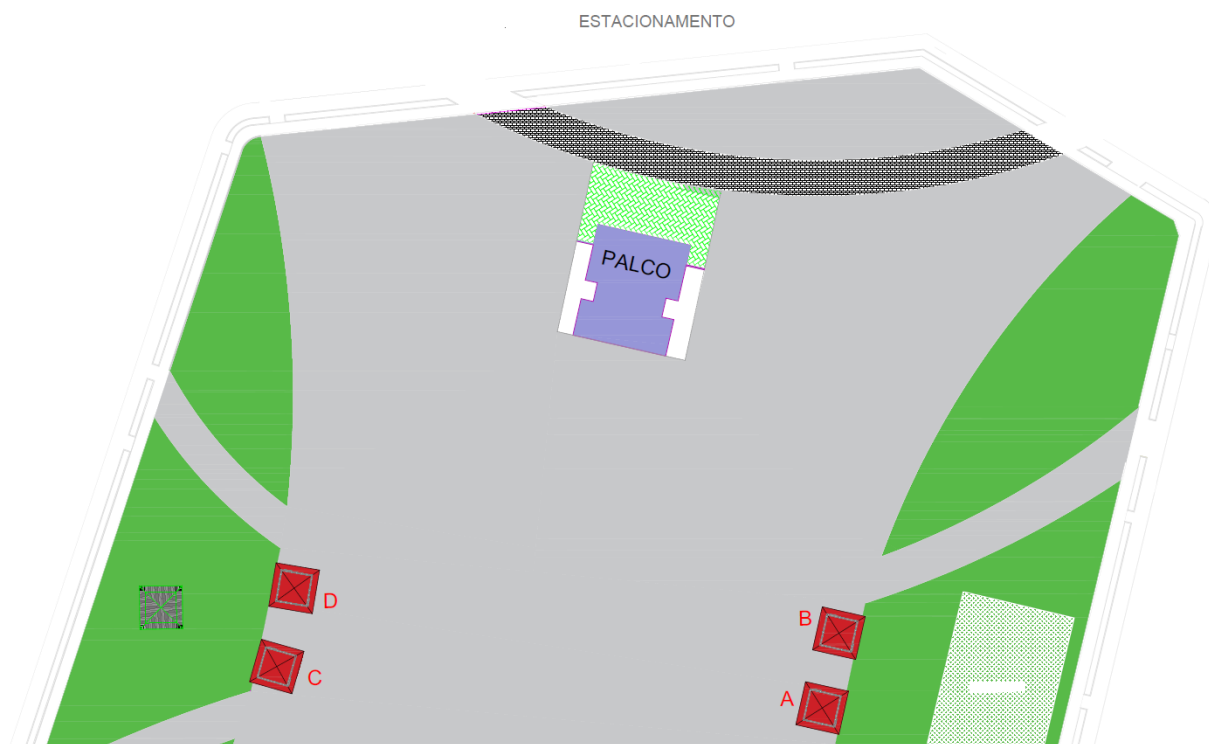
Por ser expressão da verdade e de minha livre vontade, firmo o presente Termo de Compromisso e Responsabilidade.

Ipiáú/BA, ____ de _____ de 2026.

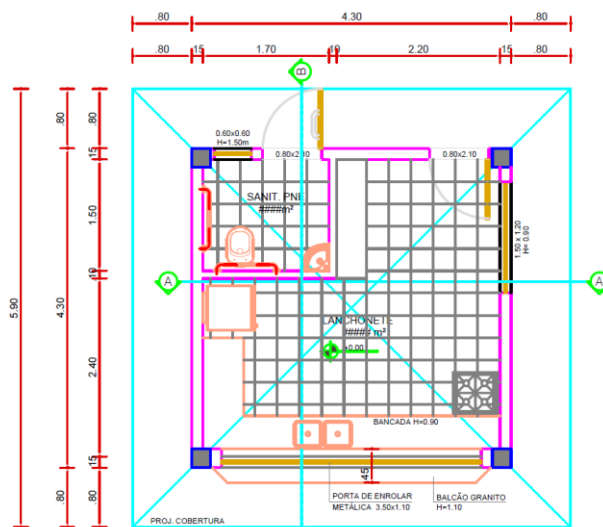
Assinatura do Representante Legal
(Nome completo e CPF)

Apêndice do Termo de Referência

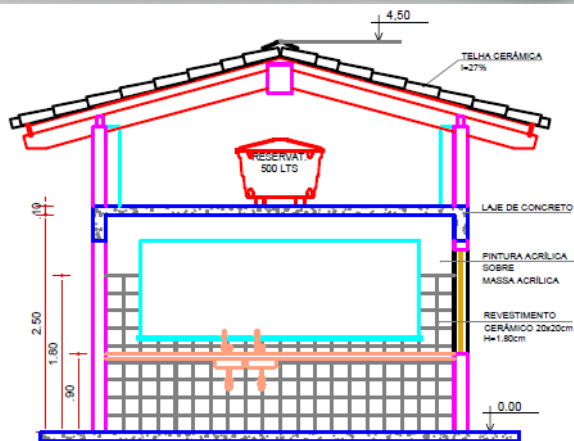
ANEXO VIII - IDENTIFICAÇÃO DOS QUIOSQUES



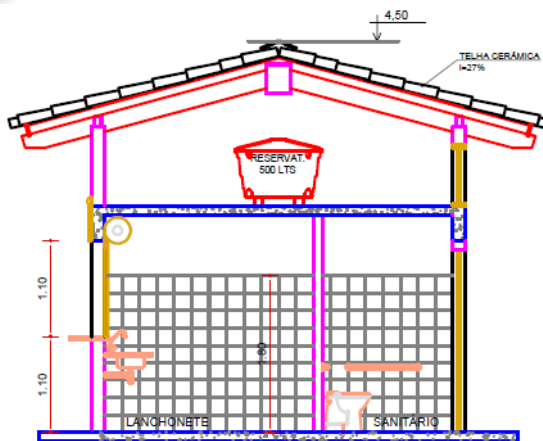
PLANTA COBERTURA
ESCALA 1/50



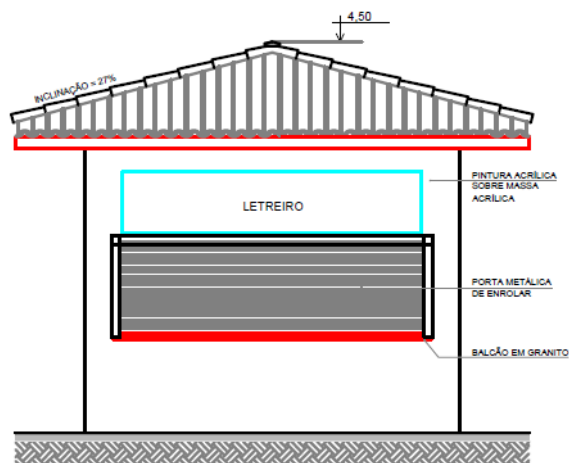
PLANTA BAIXA
ESCALA 1/50



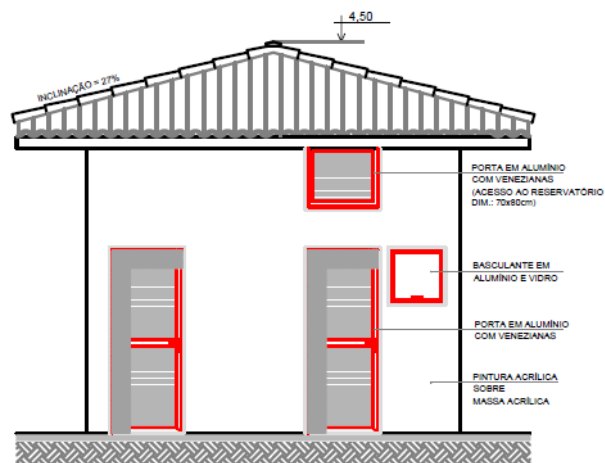
CORTE A-A
QUIOSQUE MODELO 1
ESCALA 1/50



CORTE B-B
ESCALA 1/50



VISTA FRONTAL
QUIOSQUE MODELO 1
ESCALA 1/50



VISTA FUNDO
ESCALA 1/50

Apêndice do Termo de Referência

ANEXO IX – MODELO DE MESAS, CADEIRAS E LETREIRO

PADRÃO MESAS E CADEIRAS



Mesas e cadeiras confeccionadas em madeira de alta qualidade, com acabamento em tom escuro, conferindo elegância, rusticidade e durabilidade ao conjunto. As mesas deverão possuir dimensões médias de 70x70cm e altura de 76cm, ideais para acomodar confortavelmente até quatro pessoas em ambientes internos ou externos cobertos. Já as cadeiras, com medidas aproximadas de 45cm de comprimento, 42cm de largura e 80cm de altura total, oferece assento ergonômico e encosto firme, proporcionando conforto ao usuário.

PADRÃO TENDA PIRAMIDAL



Tenda piramidal com dimensões de 5x5 metros, composta por estrutura metálica resistente e cobertura em lona com acabamento na cor branca. O design em formato piramidal garante escoamento adequado da água e maior estabilidade. A estrutura metálica deverá ser fabricada com tubos galvanizados ou pintados, oferecendo excelente resistência às intempéries e durabilidade. A lona de cobertura é confeccionada em material impermeável, de fácil limpeza e com proteção contra raios UV, proporcionando conforto e proteção aos usuários. O conjunto alia praticidade, segurança e estética, sendo de fácil montagem e desmontagem.

PADRÃO LETREIRO

Letreiro em lona medindo 3,45 metros de largura por 0,70 metros de altura, com estrutura em metalon reforçado, ideal para identificação visual de estabelecimentos comerciais. O design apresenta um layout moderno e funcional, com aplicação da logomarca do estabelecimento no lado esquerdo, sobre fundo contrastante conforme a identidade visual da marca. Ao centro, destaca-se o nome do estabelecimento em fonte Montserrat, com alta legibilidade e impacto visual. A cor de fundo do letreiro é personalizada de acordo com a paleta da logomarca, garantindo unidade visual. No lado direito, são inseridas as informações de contato: número de telefone com ícone de WhatsApp e usuário do Instagram, ambos representados com ícones gráficos para facilitar a identificação.



ANEXO II

TERMO DE CONCESSÃO DE USO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____/2025

TERMO DE CONCESSÃO DE USO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ,
E XXXXXXXX

Pelo presente **TERMO DE CONCESSÃO**, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE IPIAÚ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no **CNPJ/MF** sob nº 13.701.651/0001-50, com sede administrativa na Ângelo Jaqueira, nº 01, centro, Ipiáú/BA, denominado simplesmente de **INTERVENIENTE**, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante denominado **CESSIONÁRIA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONCESSÃO DE USO**, conforme especificações contidas neste instrumento, devidamente autorizado, celebram o presente termo de adesão, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 6.857/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência A **CONCESSÃO DE USO ONEROSO, DE 01 (um) QUIOSQUE PÚBLICOS, COM ÁREA DE 15,25 M² CADA, NA PRAÇA ÁLVARO JARDIM, NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ/BA**, sendo cada quiosque licitado individualmente, destinados à exploração comercial de alimentos e bebidas, com o objetivo de atender às necessidades da Administração Pública Municipal.
- 1.2. Os serviços serão prestados de acordo com o detalhamento contido no Termo de Referência que acompanha o presente termo, como anexo, juntamente com a cópia da PROPOSTA apresentada pela permissionária na **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**.
- 1.3 É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, do presente termo, bem como, sem o prévio e expresso assentimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a fusão, cisão ou incorporação da contratada, a subcontratação parcial do objeto ou a associação da contratada com terceiros, não se responsabilizando o INTERVENIENTE por quaisquer compromissos assumidos pela contratada perante terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS.

- 2.1. O Termo de Concessão terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo:
 - 2.1.1 - A prorrogação da concessão, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições originalmente pactuadas, mediante justificativa formal da autoridade competente, conforme o artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.
 - 2.1.2. A prorrogação estará condicionada à anuência do Concessionário e à verificação de que os preços registrados continuam compatíveis com os praticados no mercado.
 - 2.1.3. Caso não seja possível manter as condições vantajosas ou haja justificativa administrativa para a não prorrogação, a Administração poderá optar pela realização de uma nova licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E FINALIDADE

3.1 Local: A área objeto da concessão do direito de uso corresponde a **15,25 M² (quinze, virgula vinte e cinco metros quadrados)**, localizado na **Praça Álvaro Jardim, no Bairro Centro**, indicado na licitação na categoria/finalidade **QUIOSQUE**
_____ - _____.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

- 4.1 O valor total do presente contrato de concessão é **R\$** (..... reais), conforme proposta apresentada, para o período de vigência de 24 (vinte e quatro) meses.
- 4.2 A Concessionária pagou ao Município, conforme proposta apresentada, em ____/____ de 2025, a importância total de **R\$ xxxxxxx (Valor por extenso)**, referente ao primeiro período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O presente processo tem por objeto a **concessão onerosa de uso de quiosques públicos**, localizados em área de propriedade do Município de Ipiáú, conforme condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, notadamente o Termo de Referência.
- 5.2. O critério de julgamento adotado foi o de **maior oferta de valor total pela outorga**.
- 5.3. O valor total ofertado pelo licitante vencedor corresponderá ao valor da **contrapartida financeira pela utilização do bem público**, pelo período integral da concessão.

5.4. O pagamento da outorga será realizado em **duas parcelas**, da seguinte forma:

5.4.1 Primeira parcela: correspondente à metade do valor total ofertado, deverá ser paga **antes da assinatura do Termo de CONCESSÃO de Uso Oneroso**;

5.4.2 Segunda parcela: correspondente à outra metade do valor total ofertado, deverá ser paga **até 30 (trinta) dias antes do início do último ano de vigência do contrato**.

5.5 O pagamento dos valores referentes a CONCESSÃO DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO a ser efetuado pelo CREDENCIANTE, deve ser feito por meio de depósito em conta bancária de titularidade do Município de Ipiáú/BA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da emissão do DAM, feita pelo setor de Tributos Municipal.

5.6. O não pagamento da outorga nas condições estipuladas implicará, conforme o caso, a **impossibilidade de assinatura do termo** ou a **rescisão da concessão**, com aplicação das penalidades previstas neste edital e na legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Esta contratação não usará dotação orçamentária pela Unidade Administrativa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 6.857/2023.

7.2 - A CESSIONÁRIA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual.

7.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes INTERVENIENTE poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO.

8.1. As cláusulas, DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO, MODELO DE EXECUÇÃO PERMISSIONAL, e MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8.2 Os serviços, objeto desta contratação, serão acompanhados e fiscalizados pela servidora/fiscal **Adla Novaes de Oliveira matrícula – 9253**, conforme Documento de Formalização da Demanda (DFD) – sob Nº: 559/2025 constante nos autos;

8.3 Para o acompanhamento de que trata o subitem anterior, é cometido ao FISCAL DO CONTRATO todas as competências fixadas em através do Decreto Municipal nº 6.857/2023 cumulada com as obrigações previstas no presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Constitui-se obrigação do PERMITENTE:

9.2 Compete ao Município de Ipiáú/BA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos (SEDUR), assegurar a boa execução da concessão de uso onerosa, incumbindo-se das seguintes responsabilidades:

9.2.1. Entregar ao CONCESSIONÁRIO o quiosque objeto da concessão, livre e desimpedido de quaisquer ocupações ou pendências, possibilitando o início imediato das adaptações necessárias e das atividades comerciais previstas.

9.2.2. Designar servidores para a fiscalização técnica e contratual dos quiosques concedidos, garantindo a observância dos termos da concessão e orientando o CONCESSIONÁRIO sempre que necessário, sem que isso implique em transferência de responsabilidade.

9.2.3. Registrar e comunicar formalmente, por meio da fiscalização, quaisquer irregularidades ou descumprimentos identificados, inclusive inadequações quanto às condições de uso do espaço.

9.2.4. Notificar o CONCESSIONÁRIO caso identifique inadimplemento contratual por prazo superior a 30 (trinta) dias, solicitando regularização sob pena de rescisão.

9.2.5. Após 90 (noventa) dias de inadimplemento, adotar as providências cabíveis visando à rescisão contratual e retomada do imóvel, mediante ato administrativo formal, sem prejuízo de demais sanções legais e administrativas.

9.2.6. Verificar continuamente se estão sendo cumpridas as cláusulas contratuais, inclusive quanto à qualidade, limpeza, horário de funcionamento e aspectos visuais dos quiosques, promovendo ações corretivas sempre que necessário.

9.2.7. Fornecer informações e esclarecimentos pertinentes ao CONCESSIONÁRIO, quando solicitado, relacionados ao cumprimento da concessão, infraestrutura da praça ou normas municipais aplicáveis.

9.2.8. Avaliar periodicamente o desempenho do CONCESSIONÁRIO, considerando critérios como qualidade no atendimento, conservação do quiosque e relacionamento com os usuários, podendo aplicar medidas de advertência, suspensão ou outras sanções, conforme o caso.

9.2.9. Notificar o CONCESSIONÁRIO quanto à necessidade de realização de reparos, adequações ou correções estruturais ou funcionais, estabelecendo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para atendimento, contados do recebimento da notificação.

9.2.10. Garantir acesso livre ao local concedido aos servidores designados para fiscalização, bem como ao pessoal técnico que eventualmente necessite vistoriar, avaliar ou intervir no imóvel para fins de manutenção da infraestrutura pública.

9.3. Constitui-se obrigação do CONCESSIONÁRIO:

9.3.1 Entregar os bens e iniciar as atividades no prazo e local definidos pela Administração Municipal, em perfeitas condições de funcionamento, conforme estabelecido no instrumento contratual.

9.3.2. Prestar, sempre que solicitado, todas as informações e esclarecimentos à Prefeitura Municipal de Ipiatú, especialmente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, garantindo transparência, publicidade e agilidade na comunicação e fiscalização.

9.3.3 Efetuar, pontualmente, o pagamento das cotas anuais relativas à outorga da concessão, bem como de todos os tributos, taxas e contribuições devidas ao Município, Estado e União, que incidam sobre a atividade exercida ou sobre o bem concedido.

9.3.4 Assumir integralmente as despesas operacionais, incluindo fornecimento de energia elétrica e água por meio de transferência de titularidade. Além de despesas de telefonia, internet, manutenção, conservação e limpeza do imóvel, sem qualquer ônus para o Município de Ipiatú.

9.3.5 Utilizar a energia elétrica conforme a capacidade instalada no imóvel. Caso haja necessidade de aumento de carga, o concessionário deverá arcar com os custos correspondentes, mediante autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos.

9.3.6 Manter em local visível e acessível ao público um aviso contendo o número de telefone e e-mail da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, para fins de fiscalização, denúncias e reclamações.

9.3.7 Cumprir rigorosamente todas as normas legais, regulamentares e contratuais, inclusive as de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, sanitária, ambiental, urbanística e de defesa do consumidor, responsabilizando-se integralmente por seus atos e pelos de seus prepostos.

9.3.8 Comunicar imediatamente à fiscalização municipal qualquer dano, avaria ou irregularidade verificada no imóvel, assumindo os custos de reparo quando decorrentes de uso indevido.

9.3.9. Não realizar atividades sonoras externas com uso de equipamentos eletrônicos ou instrumentos musicais amplificados, resguardando a paz urbana e o interesse público, salvo expressa autorização da Prefeitura em eventos específicos.

9.3.10 Manter o imóvel e suas instalações, inclusive sanitários, limpos, higienizados e em perfeito estado de conservação, conforme exigências da vigilância sanitária e demais órgãos competentes.

9.3.11 Solicitar autorização prévia e formal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos para quaisquer modificações, adaptações ou benfeitorias no imóvel, apresentando concordância unânime dos concessionários quanto à alteração a ser realizada.

9.3.12 Concordar que as benfeitorias realizadas, exceto as removíveis sem prejuízo ao imóvel, integram automaticamente o patrimônio público municipal, sem direito a qualquer tipo de indenização.

9.3.13. Instalar letreiros, placas ou mobiliário urbano apenas com autorização prévia da Prefeitura, respeitando o padrão visual, as dimensões e as diretrizes definidas pelo setor competente, conforme anexo IX.

9.3.14. Obedecer ao limite de mesas, cadeiras, toldos conforme especificados no item 11.2.5 do Termo de referência, sendo vedada sua ampliação sem autorização expressa da fiscalização e/ou administração municipal.

9.3.15 Contratar e manter apólice de seguro contra incêndio, danos materiais e responsabilidade civil, com cláusula beneficiária em favor do Município de Ipiatú, apresentando os comprovantes atualizados à Administração.

9.3.16 Obter e manter válidos e atualizados o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), o alvará sanitário (quando aplicável) e o alvará de funcionamento municipal.

9.3.17 Comercializar apenas produtos lícitos, com procedência regular, compatíveis com a legislação vigente e adequados ao uso proposto na concessão, garantindo a segurança e qualidade dos alimentos e serviços ofertados.

9.3.18 Praticar preços compatíveis com os valores praticados no mercado local de Ipiatú, observando o princípio da modicidade e o interesse público.

9.3.19 Garantir atendimento ao público com cortesia, higiene e respeito, exigindo-se que todos os funcionários estejam devidamente uniformizados, treinados e identificados.

9.3.20 promover a remoção de bens, equipamentos, utensílios e resíduos, ao término da concessão de uso, bem como a devolução do quiosque nas mesmas condições em que foi recebido, salvo desgastes naturais decorrentes do uso regular.

9.4 Das Vedações:

9.4.1. Não é permitido venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos conforme Lei 13.106/2015 altera o artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90).

9.4.2. Fica vedada a utilização de equipamentos de propagação sonora, tais como amplificadores, aparelhos de som, "home theaters", etc.

9.4.3. É vedada a colocação de faixas, "banners", placas, tabuletas e similares em qualquer parte externa dos quiosques padronizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa, em caso de inexecução total ou parcial da CONCESSÃO, execução imperfeita, mora, inadimplemento, fraude ou comportamento inidôneo:

I – Advertência: aplicada nos casos de pequenas irregularidades que não causem prejuízo relevante à execução do objeto.

II – Multa:

- a) De 0,20% (vinte décimos por cento) sobre o valor total atualizado da CONCESSÃO, por dia de atraso, limitada a 20% do valor da fatura;
- b) De 0,40% (quarenta décimos por cento) sobre o valor total atualizado da CONCESSÃO, por dia de atraso superior a 30 (trinta) dias;
- c) De até 30% (trinta por cento) do valor atualizado da CONCESSÃO, no caso de descumprimento de cláusulas do presente termo, reincidência ou não execução do objeto.

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal de Ipiáú, por prazo não superior a 03 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 A aplicação das penalidades previstas neste contrato observará:

- a) Direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, contados da notificação do ato;
- b) Multas serão recolhidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, podendo ser compensadas com créditos da PERMISSONÁRIA, ou cobradas judicialmente em caso de inadimplemento.

10.3 O valor das multas será atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento, conforme índice oficial adotado pelo Município de Ipiáú.

10.4 A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pela Prefeita Municipal de Ipiáú, sendo as demais penalidades da competência da autoridade máxima da Secretaria contratante.

10.5 Esgotados os prazos de execução, a PERMISSONÁRIA ficará impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados ou cumprir a obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no Instrumento Contratual, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 6.857/2023.

11.2. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

- 11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.2.3. Indenizações e multas.

11.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CESSIONÁRIA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4 - A CESSIONÁRIA reconhece os direitos da INTERVENIENTE em caso de rescisão administrativa prevista nos termos da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 6.857/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pela INTERVENIENTE, segundo as disposições contidas nos termos da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 6.857/2023, e demais normas regentes da matéria e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO

13.1 O presente Termo de Adesão tem embasamento legal nos termos da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 6.857/2023 com as alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

14.1 São anexos do presente Termo:

- a) O Termo de Referência e seus anexos extraído do Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA ____/2026;
- b) A Proposta Comercial da PERMISSONÁRIA, oferecida no CONCORRÊNCIA PÚBLICA ____/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Ipiáú/BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente Instrumento Contratual, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Ipiáú/BA, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal

(nome)

(PERMISSIONÁRIA)

(CONTRATANTE)

TESTEMUNHAS:

1ª _____ CPF Nº _____ RG Nº _____

2ª _____ CPF Nº _____ RG Nº _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO

A(empresa), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso **XXXIII** do **ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO**, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em trabalho de qualquer natureza, nem mesmo na condição de aprendiz

() Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze anos), na condição de aprendiz.
(Somente assinalar se esta assertiva for verdadeira)

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº, com sede à, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS DE N.º 016/2023, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX N.º 000/2025, promovido pela Prefeitura de Municipal de XXXXXXXX, marcado para às __:__ horas do dia __/__/2025, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da Proponente), como representante devidamente constituído da empresa (Identificação completa da Proponente) doravante denominado (Proponente), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- Que a proposta apresentada para participar da CONCORRÊNCIA ____/2025 foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Administração pública antes da abertura oficial das propostas; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº: _____, e do CPF nº: _____, residente e domiciliada na Rua: _____, nº: _____, no bairro: _____.

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários junto às autoridades e órgãos competentes que não possuo vínculo empregatício com administração pública Municipal.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).